



ESCOLA informação

Digital

nº 16.nov./dez..2017



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA · SPGL



O tempo de serviço é para ser contado!

Dossier: Ação reivindicativa - Processo negocial

Sites e Blogs



Ciência Viva

<http://www.cienciaviva.pt>

A Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica tem como missão promover a cultura científica na sociedade portuguesa, para todos os públicos, com especial ênfase nas camadas mais jovens e na população escolar. Exerce a sua atividade através de três eixos fundamentais:

- a promoção do ensino experimental das ciências no ensino básico e secundário;
- a organização de campanhas de divulgação científica dirigidas ao público em geral;
- a criação de uma Rede Nacional de Centros Ciência Viva, espaços interativos de divulgação científica, que contribuem para o desenvolvimento regional, atualmente com 20 membros.

A Ciência Viva teve origem no programa com o mesmo nome, criado pelo Minis-

tério da Ciência e da Tecnologia a 1 de julho de 1996. Cerca de dois anos mais tarde, a Ciência Viva adquiriu o estatuto de associação tendo como membros instituições públicas e laboratórios de investigação.

No site Ciência Viva para além de se ficar a par de todas as notícias, de informações sobre a Escola Ciência Viva e sobre projetos, há ligações para todos os Centros Ciência Viva e são disponibilizados diferentes recursos, por exemplo de como fazer um herbário ou vídeos de Ciência nos Media.

No site associado do Pavilhão do Conhecimento – Centro Ciência Viva podem encontrar-se também recursos educativos como “A casa é um laboratório”, “Aprender ciência de forma divertida e saborosa” ou materiais sobre várias áreas da geologia produzidos pelo Professor Galopim de Carvalho.



Canguru Matemático sem Fronteiras

<http://www.mat.uc.pt/canguru/>

A Associação Canguru sem Fronteiras é uma associação de caráter internacional que reúne personalidades do mundo da matemática de 55 países. O seu objetivo é promover a divulgação da matemática elementar por todos os meios ao seu alcance e, em particular, pela organização anual do Concurso Canguru Matemático sem Fronteiras, que terá lugar no mesmo dia em todos os países participantes. Pretende-se, deste modo, estimular e motivar o maior número possível de alunos para a matemática e é um complemento a outras atividades, tais como olimpíadas.

Em Portugal a organização deste concurso está a cargo do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra com o apoio da Sociedade Portuguesa de Matemática.

O Concurso "Canguru Matemático" pretende contribuir para a popularização e promoção da matemática entre os jovens. O Concurso é para todos os alunos, não existindo uma seleção prévia.

No site português, para além de estarem disponibilizadas as provas “Canguru” e as suas soluções, pode ter-se acesso a testes *online*.

Sobre a miséria do nosso jornalismo

A Educação – particularmente o trabalho dos professores – é um daqueles campos em que todo o “gato pingado” emite opinião e sentenças definitivas. Como o futebol. Lamenta-se, mas não espantam os disparates que se ouvem em qualquer café do bairro. Grave, porém, é que disparates, por vezes bem maiores, sejam produzidos por jornalistas e comentadores (sobretudo os televisivos) cujo ódio irracional aos professores os leva a desprezar os mais óbvios deveres profissionais – informarem-se previamente e não deturparem intencionalmente.

Uma senhora jornalista que numa rádio se revolta porque os professores atingem o topo da carreira aos 14 anos de serviço deveria saber (ou saberia mesmo?) que isso é uma descarada mentira. Na melhor das hipóteses o topo da carreira atinge-se aos 34 anos de serviço, mas de facto raramente antes dos 40. E se não ganharmos a “contagem integral do tempo de serviço” nunca antes dos 45. A avaliação desta senhora só pode ser “não satisfaz”! Uma outra “conceituada jornalista” indigna-se porque os professores exigem 650 milhões de euros no OE de 2018 só para eles. Bastava que se preparasse minimamente para saber que desde o início os professores aceitaram o faseamento prolongado para a recuperação do tempo de serviço e que aceitaram o seu início em 2019... “Não satisfaz” - seria a mais justa da sua avaliação...

Vários destes supostos jornalistas e comentadores juram “a pés juntos” que os professores não são avaliados e que progridem só por tempo de serviço. Bastava que se dessem ao trabalho de conhecer o ECD para saberem que isso não é verdade (boa parte deles, porém, mesmo sabendo isso, diria o mesmo...).

Um ex-bastonário dos advogados classifica-nos como “uma raça estranha”. Talvez nos remeta para o grupo dos animais selvagens...

Quanto ao senhor Moita de Deus, que merece neste pequeno texto uma referência nominal, não me merece qualquer comentário. Merece apenas que o mande à merda. ■

Miguel André

SUMÁRIO



- 4. Editorial.** José Alberto Marques
- 5. Dossier.** Ação reivindicativa – Processo negocial
 - 6.** Entrevista com José Alberto Marques
 - 8.** Entrevista com Anabela Delgado
 - 9.** Constituída a Comissão dos Professores Contratados e Desempregados do SPGL
 - 10.** Entrevista com João Cunha Serra
 - 12.** Entrevista com Graça Sousa
- 14. Cidadania.** Navegação à vista
- 16. Reportagem**
 - 16.** Paulo Freire – A educação como prática da liberdade
 - 18.** Algumas questões desafiantes, algumas possibilidades
 - 20.** Raízes do sindicalismo docente
- 23. Escola/Professores**
 - 23.** II Seminário Erasmus + Necessidades Educativas Especiais
 - 24.** 15 de novembro – Um bom dia de luta
 - 24.** Tribuna Pública – Os professores merecem respeito!
 - 25.** 2ª Conferência Nacional de Professores Aposentados da FENPROF
 - 27.** Amnistia Internacional Portugal publica manual de combate ao *bullying* e à discriminação nas escolas
 - 28. Internacional.** Conferência Mundial Aberta, contra a Guerra e a Exploração
 - 29.** “A GORDA” – Prémio literário Urbano Tavares Rodrigues
- 30. Aos Sócios**
- 36. Consultório Jurídico.** Componente letiva e não letiva do pessoal docente



ficha técnica:

Diretor: José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs . **Conselho de Redação:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Isabel Pires . **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista) . **Fotojornalista:** Paulo Machado . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha. **Capa:** Dora Petinha . foto Felizarda Barradas **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . SPGL . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



José Alberto Marques
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

A luta dos professores por uma carreira digna

Agitar a favor, comentar e publicar contra!

A direita dos interesses, que povoa os partidos do “centrão” ou gravita em torno deles, nunca teve qualquer problema com a falta de lógica argumentativa, pobreza de argumentos ou aparentes contradições nas diferentes posições que vai assumindo. Veja-se a “agitação” que grassa entre a tralha do “passismo”, agora já sem Passos Coelho e à espera de um novo líder, no apoio às posições “sindicais” contra as políticas do atual governo, de uma FNE que se “esqueceu” de dizer presente a qualquer contestação ou forma de luta durante o negro período da Troika. Até a atual líder do CDS/PP (que conjuntamente com outros proeminentes ministros e secretários de estado do anterior governo funcionou como um autêntico rolo compressor dos direitos sociais dos trabalhadores portugueses) dá agora “uma perninha” em prol da luta dos professores.

Isto significa que a FENPROF e os seus Sindicatos, quando desenham e executam os processos de luta em prol da dignidade da profissão docente, devem alienar as possibilidades de entendimento com a FNE e os outros sindicatos que só aparecem quando o PSD ou o PSD/CDS não estão no governo? A resposta é simples. Não! E não porque quando a FENPROF e os seus Sindicatos, com o SPGL como grande âncora, avançam para formas de luta e protesto, tal é consequência do bloqueamento ou ausência de negociação com o ME e o Governo! O alargamento do espectro sindical pode ajudar no processo de obrigar a contraparte a sentar-se, de novo, à mesa das negociações. E isso serve os interesses dos docentes.

No plano estritamente político, porém, é preciso separar as águas. A agenda da FNE e da maior parte dos sindicatos que não pertencem à FENPROF está umbilicalmente ligada aos interesses da direita. Levantam a voz quando o PSD ou PSD/CDS não estão no Governo, emudecem quando estes partidos estão no poder. Para além disso, mas com enorme influência na opinião pública, estão os comentadores que através dos jornais (em papel ou digitais), rádios e televisões (incluindo, a maior parte das vezes, os que são financiados por todos os portugueses consumidores de eletricidade) fazem todos os dias números de circo para propalarem uma coisa (um certo apoio à contestação ao governo) e o seu contrário (a FENPROF manda no ME e põe em causa o equilíbrio orçamental). Apesar de, quem havia de dizer, as reivindicações dos docentes terem “alguma” justificação... Tudo isto ao mesmo tempo que, salvo raríssimas exceções, revelam uma ignorância monstruosa sobre o que está em cima da mesa!

A profissão docente é uma profissão de elevado desgaste, que é desenvolvida, na maior parte das vezes, em condições de trabalho muito injustas, apesar de o trabalho dos docentes ser vital para o progresso de qualquer sociedade, e dos seus cidadãos, influenciando decisivamente os processos de igualdade de oportunidades e de aprofundamento da democracia.

O Estatuto da Carreira Docente é o instrumento essencial para dignificar a profissão. É nossa tarefa prioritária, e inadiável, garantir a sua aplicação em todos os domínios! É isso que a FENPROF e os seus Sindicatos fazem todos os dias e não apenas quando a direita está no poder! ■



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO ONLINE N.º16 novembro/dezembro 2017

Ação Reivindicativa, Processo Negocial

“Para que haja soluções satisfatórias para os docentes, é indispensável que estes se mantenham atentos ao desenrolar das negociações e disponíveis para voltar à luta”. Uma condição de base, sublinhada por José Alberto Marques, na interação entre ação reivindicativa e processo negocial. E que diz respeito às diversas realidades e questões espelhadas neste dossier, através do testemunho do presidente do SPGL e dos dirigentes Anabela Delgado, João Cunha Serra e Graça Sousa. ■

Entrevista com José Alberto Marques

● Presidente do SPGL



Foto: Paulo Machado

Para que haja soluções satisfatórias para os docentes, é indispensável que estes se mantenham atentos ao desenrolar das negociações e disponíveis para voltar à luta

E.I. - Que balanço faz das longas maratonas negociais que conduziram ao compromisso entre os sindicatos de professores e o governo?

Foram o culminar de um prolongado processo em que o SPGL/FENPROF procurou sempre pressionar o ME para negociar as 5 matérias que tinha definido como prioritárias (carreiras, vinculação, aposentação, horários e gestão), e relativamente às quais se tinha sistematicamente depa-

rado com sucessivos adiamentos ou mesmo com a recusa da sua discussão.

Tentámos, por diversas vias, convencer o ME da justeza/justiça das reivindicações dos professores, desde petições, abaixo assinados, audiências com os grupos parlamentares, mas a verdade é que persistia uma postura de recusa e por vezes até de recuo nas posições do ME. Foi o esforço continuado do SPGL/FENPROF junto dos professores, esclarecendo, alertando e mobilizando,

que tornou possível a manifestação de força que culminou nas greves de 27/10 e 15/11 e na concentração junto à AR. Os professores mostraram ao governo, de forma inequívoca, que sentiam quebrada a confiança inicialmente depositada na atual prática governativa, ao mesmo tempo que muniam o SPGL/FENPROF com um poder negocial redobrado.

Foi a ação dos professores que permitiu que a posição do governo se alterasse, passando a considerar a classe incluída no proces-

so de recuperação do tempo de serviço, ao começar por aceitar que o recuperasse, mas só a partir de 2021, depois a partir de 2020 e por fim iniciá-lo ainda nesta legislatura.

Foi a força que os professores deram ao SPGL/FENPROF que levou o governo a aceitar reposicionar na carreira, no escalão em que estão os docentes com o mesmo tempo de serviço, já em janeiro e de uma só vez, os colegas recém vinculados (depois de 2011) que permaneciam presos no 1º escalão.

Foi também essa força que permitiu que, finalmente, o ME calendarizasse uma ronda de negociações para resolver o problema do acesso aos 5º e 7º escalões e aceitasse incluir na agenda a questão dos horários, do desgaste da profissão e do envelhecimento da classe.

É, pois, positivo o balanço que faço deste processo onde mais uma vez se demonstrou que com a união de todos na luta podemos alcançar os nossos objetivos. Fica claro que, sem união na luta, a derrota é o desfecho mais provável.

Que garantias há de que a declaração de compromisso se transforme em propostas satisfatórias para os professores?

Só com o prosseguimento das negociações se poderá avaliar essa questão. Para já, o governo parece ter compreendido que o estado de graça de que gozava junto da classe docente terminou, que não pode ter a confiança dos professores como um dado adquirido para sempre e a qualquer custo. Embora tarde, parecem ter soado os alarmes no sentido de não deixar resvalar a situação para o clima de revolta patente nas lutas de 2005 a 2008 e que acarretou elevados custos políticos para o governo de então.

Para que haja soluções satisfa-

tórias para os docentes, é indispensável que estes se mantenham muito atentos ao desenrolar das negociações e disponíveis para voltar à luta, sempre que necessário.

A intenção dos professores de recuperarem o tempo de serviço prestado durante os anos de congelamento da carreira é objeto de crítica sistemática na comunicação social. Que razões podem explicar essa atitude?

Nalguns casos quero crer que se trate apenas de desconhecimento das complexidades da carreira, o que deveria inibir os comentadores dos órgãos de comunicação social de emitirem opiniões pretensamente esclarecidas. Infelizmente, na maioria dos casos, julgo tratar-se de OCS que se integram numa rede de desinformação, junto da opinião pública, que interessa ao governo (e também, de forma mais ou menos disfarçada, à oposição de direita), que revela má-fé, mas que esbarrou na determinação dos professores.

Concorda com a tese de que os sindicatos dos professores – nomeadamente a FENPROF – derrotaram o governo?

Numa negociação bem-sucedida não se pode falar de vencidos e vencedores absolutos. Há sempre um aproximar de posições resultante de cedências de parte a parte. Se é verdade que o SPGL/FENPROF ainda não obteve tudo o que reivindica, é também certo que foram dados largos passos nesse sentido. Pelo seu lado, embora o governo tenha sido obrigado a ir bem mais longe do que pretendia, não deixou de garantir um diferimento no tempo de recuperação dos anos congelados, o que lhe permitirá ir absorvendo o impacto financeiro da medida. Se quisermos identificar vencedores, eles são os professores.

Toda esta polémica prejudica ou não a imagem do governo, favorecendo, desse modo, a direita política?

A direita política, quando na oposição, tenta sempre cavalgar as ondas de descontentamento social, fingindo esquecer a sua responsabilidade nas medidas que desvirtuaram a carreira docente de forma brutal. Mas os professores não esquecem e por isso não dão crédito às vozes que se levantam agora desses setores em defesa dos seus interesses socioprofissionais, afirmando hoje o contrário do que defenderam ontem. E nós, SPGL/FENPROF, não podemos ficar parados com receio de prejudicar a imagem de qualquer governo, mesmo perante um que tem desenvolvido uma política diferente das políticas de direita da última legislatura. A nossa primeira obrigação é para com os professores, na defesa dos seus interesses socioprofissionais e da Escola Pública de Qualidade.

Se a imagem deste governo saiu prejudicada, terá sido pela sua posição inicial, em que tentou discriminar os docentes excluindo-os, sob pretextos espúrios, do processo de recuperação do tempo de serviço. Por outro lado, e por contraste com anteriores governos, acabou por deixar uma imagem de abertura à negociação, após uma correta leitura política dos acontecimentos, que o forçaram a corrigir a trajetória. ■

Entrevista com Anabela Delgado

- Dirigente do SPGL . Membro da equipa negociadora



Existe a preocupação de que os docentes que reuniram, em tempo oportuno, todas as condições que dependiam deles (formação, avaliação externa/observação de aulas e avaliação de desempenho), não possam ser ainda mais prejudicados

E.I. - Quais as maiores preocupações da FENPROF no que respeita às vagas para acesso aos 4º e 7º escalão da carreira?

Esta negociação diz respeito a uma matéria em que os docentes estão lesados, não apenas por não lhes ter sido contado para carreira quase uma dezena de anos de serviço mas também por uma falha inadmissível da Administração que, desde 2010, protelou a publicação da portaria que agora está a ser negociada. Existe portanto a preocupação de que os docentes que reuniram, em tempo oportuno, todas as condições que dependiam deles (formação, avaliação externa/observação de aulas e avaliação

de desempenho), não possam ser ainda mais prejudicados. Muitos deles aguardam vaga porque, também por motivos administrativos, não conseguiram caber nas cotas relativas à atribuição de Muito Bom ou de Excelente definidas para as escolas/agrupamentos onde trabalhavam.

As posições do M.E. quanto à definição do número de vagas para acesso aos 4º e 7º escalões aproximam-se das intenções da FENPROF?

Não. Curiosamente o ME pretende publicar uma Portaria em que não ficam clarificados os critérios para a abertura de vagas e isso é inaceitável. A ser assim,

a progressão dos docentes ao 5º e 7º escalão fica exclusivamente dependente da máquina de calcular ou da folha de *excel* do ministério das Finanças. Há um mínimo que tem de ficar acautelado e, para fixar esse mínimo, têm de ser definidos critérios objetivos e o instrumento legal para o efeito é, na opinião da FENPROF, esta Portaria.

A FENPROF sabe quantos professores e educadores estão em cada um desses escalões?

De acordo com os dados do ministério da Educação estão no 4º escalão 14315 docentes, 1162 dos quais reúnem condições para mudar de escalão em 1 de janei-

ro de 2018. Posicionados no 6º escalão existem 8690 docentes, 1035 estão em condições de progredir em 1 de janeiro de 2018.

A FENPROF sabe quantas avaliações de Muito Bom e Excelente foram atribuídas a esses docentes, que assim não estão sujeitos a vagas?

Não temos esses dados. Presumimos que os números correspondentes aos docentes que estão em condições de progredir em 1 de janeiro de 2018 são, na esmagadora maioria dos casos, aqueles que obtiveram Bom na avaliação de desempenho e não progrediram porque precisavam de obter vaga. Há algumas situações de Muito Bom e de Excelente pendentes, mas a maioria que obteve aquelas menções avaliativas progrediu. Nessa altura o ME produziu um esclarecimento no sentido de aplicar, aos docentes que tivessem reunido todas as condições para progredir até 31 de dezembro de 2010, o que está previsto no ECD – o processamento da remuneração correspondente no mês seguinte, isto é,

em janeiro de 2011.

Outra matéria que tem estado em negociação é a realização de um concurso geral interno em 2018. Para a FENPROF, que problemas levanta esse concurso? E que perigos?

A realização de um concurso interno antecipado, decidida pelo ministério como forma de tentar diminuir o descontentamento dos docentes que no concurso deste ano se sentiram lesados (ultrapassagem por colegas menos graduados) por o ME ter colocado logo no início, em agosto, professores em horários completos, deixando os horários incompletos para a 1ª reserva e seguintes, ameaça pouco ou nada resolver.

De facto trata-se de um concurso a que os docentes que estejam insatisfeitos com a respetiva colocação se poderão candidatar. Ora, ou neste concurso o ME cria vagas em número significativo ou, como quem se sente bem com a colocação que obteve não é obrigado a candidatar-se, dificilmente os que estão mal conse-

guirão resolver o seu problema e o descontentamento continuará!

Como caracteriza a postura do M.E. durante este processo negocial?

Uma enorme determinação quanto à realização do concurso interno antecipado nos moldes propostos pelo ME.

Alguma flexibilidade e abertura para acolher algumas das propostas apresentadas pela FENPROF no que respeita aos concursos para as escolas de ensino artístico de música, de dança e de artes visuais.

Muito cautelosos quanto à Portaria de vagas de acesso ao 5º e 7º escalão. O ministério das Finanças e a campanha feita contra as chamadas “benesses dos docentes” parece estar bem presente naquela mesa. A resistência do ME em clarificar critérios para abertura de vagas para acesso ao 5º e 7º escalão é um indicador bem preocupante... Vamos ver o que nos trás a nova versão que se comprometeram a entregar até ao dia 6! ■

Está constituída a Comissão dos Professores Contratados e Desempregados do SPGL, que já traçou os seus objetivos visando o combate à precariedade

Victor Vasconcelos

Dirigente responsável pelo Departamento dos Professores Contratados/as e Desempregados/as do SPGL

Realizou-se no dia 9 de novembro de 2017, no Auditório da Sede do SPGL, um plenário de professores contratados/as e desempregados/as. De entre os temas abordados destaca-se a constituição de uma comissão de contratados, ao abrigo dos estatutos do SPGL. Esta comissão terá como objetivos norteadores da ação promover o contacto com o trabalho sindical de colegas contratados, auscultando e fazendo chegar ao sindicato as suas preocupações e posições, bem como apoiar a direção sindical, tanto ao nível das propostas como na realização

de iniciativas e ações. São ainda objetivos desta comissão: aprofundar e divulgar a informação; prestar esclarecimentos aos colegas contratados e desempregados; ampliar os níveis de mobilização e de envolvimento dos docentes, diversificando as ações e as formas de intervenção; apresentar propostas que permitam a abertura de processos negociais nas diversas matérias que exijam solução e dinamizar outras formas possíveis de divulgação da informação.

A Comissão dos Professores Contratados/as e Desempregados/as do SPGL é composta pelos seguintes elementos:

Alexandre Guilherme Santos Martins, sócio n.º 867067; Edgar Filipe Dias Oliveira Gonçalves, sócio n.º 74493; João Carlos Carvalho da Fonseca Pereira, sócio n.º 67129; Mário Pedro Grandela Roque, sócio n.º 75582; Orlando Correia, sócio n.º 75251; Patrícia Isabel Veríssimo Gameiro, sócia n.º 76464; Pedro Miguel Fernandes dos Santos, sócio n.º 73977; Ricardo Miguel Simão Almeida de Oliveira Godinho, sócio n.º 76235. ■

Entrevista com João Cunha Serra

- Coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação do SPGL e Presidente do Conselho Nacional da FENPROF



Foto: Paulo Machado

Há três grandes questões que preocupam o SPGL e a FENPROF. A primeira é a grande precariedade que se verifica entre docentes e investigadores. A segunda é a não renovação dos corpos docentes e a estagnação na carreira (...). A terceira é a muito preocupante acentuação da deriva para o regime de direito privado

E.I. - Que diferenças justificam que os docentes do ensino superior e os investigadores não se tenham integrado na recente greve convocada pela FENPROF e outros sindicatos, quanto ao desbloqueamento das carreiras?

Tal resulta das diferenças substanciais que se verificam entre o estatuto de carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário (ECD) e os estatutos das carreiras dos docentes universitários (ECDU), dos docentes do Poli-

técnico (ECPDESP) e da investigação científica (ECIC), no que à avaliação do desempenho e seus efeitos se refere. Mas também de não se estar perante uma entidade empregadora pública única (o ME ou o MCTES) mas um grande número delas – as instituições do ensino superior.

No ensino superior e na investigação científica, as carreiras são pluricategoriais, havendo em cada uma das 3 categorias 4 posições remuneratórias distintas. Assim, a progressão, numa dada categoria, fica limitada a 3 possíveis subidas de escalão. No ensino superior e

na investigação, o conceito de duração da carreira não tem sentido, pois só uma minoria chega à categoria mais elevada da respetiva carreira.

Alcançar as posições cimeiras das carreiras depende de concursos abertos pelas instituições para uma dada área científica, geralmente para um só lugar, aos quais concorrem muitos candidatos, externos e internos. A avaliação nos concursos é feita por um júri com maioria de membros externos. Não existe no ensino superior e na investigação nada de semelhante à chamada graduação profissional

usada nos concursos do ECD para seriar os docentes.

A abertura de concursos, ultimamente, tem sido bastante rara. Existe ainda a possibilidade de se aumentar o vencimento obtendo aprovação numa prova de agregação, de modo independente da progressão nos escalões.

Há, assim, muitos docentes e investigadores colocados no último escalão da sua categoria, com antiguidades na carreira bastante distintas, para quem o descongelamento das progressões nada irá mudar, apenas podendo melhorar a sua situação salarial por via de concursos que venham a ser abertos para as categorias de topo.

O tempo de serviço nas carreiras docentes do ensino superior e de investigação científica também foi “apagado”, como no caso do ECD?

Não, o que não quer dizer que a situação seja muito melhor. O que foi descongelado foram as subidas de escalão obrigatórias e estas exigem 6 anos seguidos de avaliação do desempenho com o resultado de excelente. Embora não existam, em geral, limites máximos para o número daqueles que podem ter excelente – isso depende do estabelecido nos regulamentos aprovados em cada instituição, pois não há regras únicas para todos, ao contrário do que acontece no ECD – existem grandes disparidades nas exigências das instituições para a atribuição da menção máxima, verificando-se ainda grandes diferenças nos períodos de tempo em que as instituições avaliaram os docentes. Algumas nem sequer iniciaram ainda o processo e outras têm-no em dia, o que acrescenta mais um fator de desigualdade.

Para além disso, há constrangimentos para as subidas “não obrigatórias” – em geral aquelas que correspondem à acumulação de 10 pontos ou mais. Os estatutos das carreiras estabelecem um limite máximo em percentagem da massa salarial para essas subidas de escalão a ser fixado anualmente por despacho ministerial.

No que se refere à carreira de investigação científica, como não foi revista e por isso não inclui um sistema de avaliação do desempenho que respeite a legislação em vigor sobre a matéria, tudo indica que lhe será aplicada a regra da atribuição de 1 ponto administrativo por ano, substituível por pontos que decorram de uma avaliação por ponderação curricular, quando pedida pelo investigador.

Para além da questão do descongelamento das carreiras, quais são as prioridades da ação sindical na área do ensino superior e da investigação científica?

Há três grandes questões que preocupam o SPGL e a FEN-PROF.

A primeira é a grande precariedade que se verifica entre docentes e investigadores.

A segunda é a não renovação dos corpos docentes e a estagnação na carreira, que resultam da falta de concursos para o ingresso nas carreiras e para a promoção às suas categorias mais elevadas, e do já falado congelamento das progressões salariais.

A terceira é a muito preocupante acentuação da deriva para o regime de direito privado, quer pela via da transformação de universidades e institutos politécnicos em fundações de direito privado, quer pela criação de entidades satélite de direito privado nas instituições que se mantêm no direito público, com a ameaça da privatização total das relações laborais e a conseqüente criação de carreiras próprias nas instituições.

Que matérias no plano legislativo e de negociação com o governo se encontram a marcar a agenda sindical no ensino superior e na ciência?

Por ordem do seu aparecimento temos em curso os seguintes processos:

- O primeiro é o da aplicação do regime transitório dos docentes do Politécnico que tem sido objeto, desde 2010, de alterações, a

última das quais publicada em 9 de agosto último. Está em causa, neste momento, a aplicação correta da lei aprovada pela Assembleia da República que manda reintegrar muitos docentes que foram injustamente afastados das suas instituições que, de um modo geral, não lhes atribuíram condições de dispensa de serviço docente para a obtenção do doutoramento e não tiveram direito a isenção de propinas. Com o doutoramento feito poderiam ter entrado na carreira, como muitos dos seus colegas que tiveram mais tempo do que eles para obterem aquele grau.

No sector universitário, no que respeita os leitores e aos professores auxiliares convidados que se encontravam ao serviço em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, na data da revisão do estatuto da carreira, já existe um anteprojeto de decreto-lei do governo cuja negociação tarda em iniciar-se.

- O segundo é o da regulamentação e posterior aplicação do diploma do emprego científico que visa a transição de bolseiros doutorados com mais de 3 anos de bolsa para contratos de trabalho que no futuro lhes abram a possibilidade de ingressarem na carreira, seja a carreira de investigação científica ou as carreiras docentes. É um processo que ainda não começou devido à apreciação parlamentar do diploma que levou quase 1 ano a fazer-se e porque o regulamento para a sua aplicação ainda não foi publicado.

- O terceiro é o do programa de regularização de vínculos precários na administração pública (PREVPAP) que abre oportunidades para um efetivo combate à precariedade entre docentes e investigadores. Esta lei já foi aprovada, mas ainda não foi publicada.

- O quarto é o já abordado descongelamento das carreiras que se iniciará em 1/1/2018 e cuja lei – a lei do OE 2018 – foi aprovada na Assembleia da República em 27/11 último.■

Entrevista com Graça Sousa

- Dirigente do SPGL . Coordenadora do Ensino Particular e Cooperativo



Foto: Paulo Machado

A nossa ação deve continuar tendo principalmente como objetivo a revisão do estatuto do ensino particular e cooperativo, com regras definidas para o exercício da função docente

E.I - O SPGL faz questão em assinar acordos de empresa com algumas escolas particulares, como, por exemplo, o Colégio Valsassina. Porquê esta opção?

Os acordos de empresa surgem porque, desde há dois anos para cá, ficámos sem Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo.

Em 2013, a AEEP, associação patronal, denunciou o Contrato Coletivo de Trabalho, com o objetivo de agravar as condições de trabalho dos professores. A FENPROF/SPGL recusou-se a subscrever o contrato de 2014 e o de 2015, que agravou substancialmente as condições de trabalho e que os sindi-

catos da UGT subscreveram. Ficámos assim sem Contrato Coletivo de Trabalho, que caducou em maio de 2015.

Tentámos reverter a situação e pedimos a conciliação no Ministério do Trabalho. E também aí não foi possível fazer o acordo. Ainda houve uma proposta do conciliador – no passo seguinte de mediação do processo – que nós aceitámos, mas a associação patronal não aceitou. Daí decorreu a caducidade do contrato.

Estamos sem Contrato Coletivo, desde 2015. Mas não desistimos. Enviámos uma nova proposta de Contrato Coletivo para a AEEP. E, ao mesmo tempo, mandámos uma outra proposta para a ANESPO,

Associação do Ensino Profissional – porque nunca existiu um Contrato Coletivo para as escolas profissionais.

Andámos um ano a negociar e, quando estávamos na parte final da negociação, fomos confrontados com um texto em que estava já tudo acordado com a FNE. Analisámos o texto e vimos que, para além de manter a maioria das matérias com as quais não concordávamos, ainda agravava outras. Representava um retrocesso enorme. Pelo que, naturalmente, dissemos que a FENPROF não tinha condições de subscrever aquele Contrato Coletivo.

Para nós, aquilo que esteve sempre na mesa ao longo dos muitos anos de negociações em torno dos con-

tratos coletivos, foi a aproximação entre os professores do ensino particular e os do público. Houve sempre o objetivo de aproximar e de diminuir as diferenças existentes. Esta foi sempre a preocupação, do nosso lado. Mas também havia um esforço, do lado da associação patronal, para acompanhar. E porquê? Temos uma lei - a Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo - cujos princípios estavam sempre presentes na negociação. Essa lei tinha um decreto complementar - o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (desde 1980 até 2013 foi sempre o mesmo). Um dos princípios fundamentais, no que diz respeito ao exercício da função docente, é o reconhecimento da função de interesse público e os direitos e deveres decorrentes dessa função. Ou seja - tem que haver uma harmonia entre as condições de trabalho do público e do privado. E, nesse sentido, a própria lei diz que tem que haver uma harmonia, no que respeita às tabelas salariais, às carreiras e até ao sistema de segurança social. Este princípio foi quebrado, a partir de 2014, com o primeiro contrato que a FNE assinou e que nós não subscrevemos.

Que significado dá a estes acordos de empresa? Em que medida beneficiam os professores destas escolas?

Alguns colégios, que estavam incomodados com esta situação - não só porque não lhes agradava a degradação das condições de trabalho dos professores, mas também numa perspetiva de dignificar todo este setor de ensino - abriram as portas à possibilidade de fazermos acordos de empresa.

O Colégio Valsassina aparece como primeiro, porque o anterior dono do colégio (isto é uma empresa familiar), que foi fundador da associação patronal (de que saiu, por não se rever nos acordos agora assinados), sempre lutou pelo ensino particular, mas sempre no respeito pelas funções dos professores e no respeito pelas condições de trabalho de todos os trabalhadores que estavam neste sistema de ensino. Será o primeiro passo neste caminho que queremos percorrer. É um trabalho que está no início. Que

a FENPROF/SPGL apoia totalmente. Porque daqui pode nascer uma nova dinâmica e constitui um exemplo de que é possível negociar e conseguirmos condições dignas de trabalho. Para o SPGL - e para os professores - este acordo é muito importante.

Após esta primeira fase do ano letivo, quais são os maiores problemas com que se debatem os docentes do ensino particular e cooperativo?

O maior problema é continuarmos sem ter um Contrato Coletivo de Trabalho. E, enquanto não tivermos Contrato Coletivo de Trabalho, não temos progressão na carreira (ainda que o tempo continue a ser todo contado para efeitos posteriores).

É de assinalar que, apesar de não termos um contrato coletivo desde 2015, tem aumentado o número de sócios do SPGL. As pessoas revêm-se na nossa posição. A despeito dos prejuízos que possam vir a ter. Para marcarem uma posição e para que, quando haja algum abuso por violação do código de trabalho, o sindicato as possa defender. Porque o Código de Trabalho, neste momento, em 90% dos casos defende mais do que o atual Contrato Coletivo (assinado pela FNE).

Nesta primeira fase do ano letivo - e face a esta situação - desenvolvemos múltiplas iniciativas. Fizemos uma manifestação de professores do ensino particular, pela primeira vez. Uma conferência de imprensa à porta do Ministério da Educação, porque consideramos que o ME tem alguma coisa a dizer em relação às condições de trabalho dos professores do particular e cooperativo. Reuniões com todos os grupos parlamentares. Tudo ações desenvolvidas com os professores. Um processo reivindicativo que é para ter uma continuidade. Para não ficar esquecido.

Numa reunião no ME, a secretária de Estado adjunta disse-nos que há o objetivo de rever o atual estatuto do ensino particular e cooperativo (de 2013), em particular no que se refere aos docentes, criando um estatuto do professor do ensino particular, à semelhança do que existe para o ensino público. Penso que, neste momento, um dos caminhos

maiores viáveis é por aí.

A nossa ação deve continuar tendo principalmente como objetivo a revisão do estatuto do ensino particular e cooperativo, com regras definidas para o exercício da função docente.

A situação dos docentes das IPSS é semelhante à dos do ensino particular e cooperativo?

Não. As IPSS têm um contrato coletivo de trabalho. A FENPROF/SPGL conseguiu acordar com a confederação patronal - ao fim de um longo processo - um contrato que foi publicado em outubro de 2017. Todas as condições de trabalho estão reguladas por esse contrato coletivo.

O problema que existe nas IPSS, onde a valência com maior número de trabalhadores é a valência do pré-escolar ou das creches, é que as tabelas remuneratórias são, de um modo geral, inferiores às do ensino particular, inferiores por sua vez às do ensino público. Mas, entretanto, neste momento têm uma carreira para chegar ao topo mais curta.

O que é que conseguimos, depois de dois anos de negociação? Conseguimos acordar uma tabela sem qualquer congelamento, conseguimos melhorar o nível de ingresso, conseguimos, em dois escalões, ganhar um ano na progressão.

Temos ainda um outro problema, que é neste momento o problema principal. É que, enquanto não houver a passagem da creche para a tutela pedagógica do ministério da Educação - a creche está tutelada pela Segurança Social - não temos o tempo de serviço dos educadores de infância em creche reconhecido como serviço docente. Por causa disso há um bloqueio na progressão das educadoras que estão nas creches.

Esta é também uma questão que colocámos ao ME. Não faz sentido que, com a recomendação do Conselho Nacional de Educação (2011), que a creche tem que começar a ser uma resposta educativa (e não só uma resposta de apoio à família), esta situação se mantenha. Foi-nos dito que o ME está a negociar com a Segurança Social a passagem da tutela pedagógica para o ministério da Educação. ■

Navegação à vista

Joaquim Jorge Veiguiha

O custo do trabalho por unidade produzida (CTUP) é um indicador que relaciona a evolução do salário nominal por trabalhador com a evolução da produtividade. Nos países em que existem elevados níveis de qualificação da força de trabalho o aumento da produtividade é geralmente acompanhado por aumentos significativos do salário médio por trabalhador. Nos outros, em que uma percentagem da força de trabalho tem baixas qualificações, o aumento da produtividade é significativamente maior do que o dos salários, que têm um crescimento relativo muito menor ou nos períodos de crise registam fortes quebras. Em Portugal, segundo projeções da Comissão Europeia para os anos de 2018 e 2019, verifica-se que nos encontramos neste último caso, já que enquanto o salário por trabalhador crescerá apenas 1,7% ou 1,8%, a produtividade aumentará 2,3%. Em consequência desta evolução, o CTUP aumentará apenas 0,8% em 2018 e 0,9% no ano seguinte, valores que situam Portugal perto da cauda da União Europeia. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no terceiro trimestre de 2017, em 141,5 mil empregos gerados 96,4 mil, ou seja, 60,2%, registaram-se nos sectores que empregavam trabalhadores não qualificados. Para este valor

não deverá ser estranho o facto de cerca de 53.000 (37%) surgirem na hotelaria e restauração, ramos de atividade diretamente associados à explosão turística que tem contribuído para a expulsão dos agregados familiares de menores recursos do centro histórico de Lisboa, para alimentar a especulação imobiliária com a subida em flecha do preço dos imóveis e dos arrendamentos de longa duração que, pelo seu carácter cada vez mais insustentável, pressagia a formação de uma bolha imobiliária que poderá rebentar num futuro não muito distante. Em contrapartida, o emprego na indústria aumentou apenas 20% o que é sintoma de um processo de desindustrialização que não para de acelerar-se nos últimos anos. Certamente que a taxa de desemprego oficial se situava no terceiro trimestre de 2017 em 8,5% da população ativa, o valor mais baixo dos últimos anos. No entanto, tal não significa que estejamos a viver no melhor dos mundos possíveis. Assim, a redução da taxa de desemprego oficial é conseguida à custa do aumento do trabalho precário medido pelos contratos temporários que aumentaram no mesmo período 7,5%, enquanto os contratos permanentes se ficaram por um incremento de 4,5%. E, *last but not least*, o desemprego *real*, que contabiliza os desencorajados, ou seja, os que já desistiram de procurar trabalho, e os subempregados, isto é, aqueles que desejariam trabalhar

a tempo inteiro mas só conseguem um emprego a tempo parcial, acrescenta aos desempregados oficiais mais meio milhão de pessoas, pelo que a taxa real de desemprego pula para valores próximos de 16%, ou seja, praticamente para o dobro.

Interrupção da convergência com a Europa

Também de acordo com o INE, está em vias de acabar a fase em que a taxa de crescimento do PIB superava a da média dos países da UE. No terceiro trimestre de 2017 o PIB do país cresceu 2,5% precisamente o mesmo do que a UE no mesmo período, em contraste manifesto com quatro trimestres consecutivos, iniciados no terceiro trimestre de 2016, em que o aumento do PIB português superava o dos 27. Para esta evolução contribuiu fortemente o aumento do défice da balança de mercadorias, pois o valor das importações, em grande parte arrastado pelo aumento da procura interna, em particular por uma das suas componentes, o consumo privado, já que o investimento abrandou ligeiramente relativamente ao segundo trimestre, cresceu relativamente ao valor das exportações. Não se pense, porém, que esta evolução é meramente conjuntural. Antes pelo contrário, tem fortes raízes estruturais, já que Portugal continua a ser fundamentalmente uma

economia rentista, de que o ‘rentismo’ imobiliário – versão pós-moderna da propriedade fundiária feudal – alimentado pelos vistos ‘gold’ e pela expansão de fundos estrangeiros que alimentam a especulação e retiram recursos aos setores mais produtivos da economia é o sintoma mais evidente, a que se acrescenta um sector exportador em que predominam bens com uma baixa e médio-baixa composição tecnológica que contribuem para a deterioração dos seus termos de troca relativamente aos países da Europa mais desenvolvidos para onde se dirige a maior parte das exportações do país. As previsões mais recentes da Comissão Europeia apontam para que, em 2019, termine esta exceção temporânea, começando Portugal a divergir relativamente à Europa dos 27, pois esta estima que o crescimento do PIB português seja ultrapassado pelo da média da UE: 1,9% contra 1,8%.

Uma preocupante situação social

A comissária do Emprego Marianne Thyssen traça um quadro preocupante dos indicadores sociais em Portugal. Em 2016, o rendimento dos 20% mais ricos em Portugal era 6 vezes maior do que o dos 20% mais pobres, enquanto na UE-27 era apenas o quádruplo. Se considerarmos apenas a UE-15 que abrange os países mais desenvolvidos da Comunidade – a comissária não fez estes cálculos – a divergência seria ainda maior em detrimento de Portugal. Para além de referir os reduzidos aumentos salariais por trabalhador, Portugal destaca-se ainda por elevadas taxas de abandono escolar e pelo reduzido impacto social das políticas de redução da pobreza que tardam em produzir resultados significativos. Pena é que a comissária do Emprego, em linha com os apoiantes da ‘economia da oferta’ considere que “uma nova subida do salário mínimo possa prejudicar o emprego das pessoas com baixas qualificações” (DN, 23. 11.17). Pelo contrário, são precisamente os empregos de baixas qualificações que não têm parado de crescer enquanto o salário por trabalhador cresce muito menos do que produtividade de economia, o que significa que há margem para aumentar o salário mínimo como primeiro passo para reduzir esta diferença inaceitável.

Que alternativas?

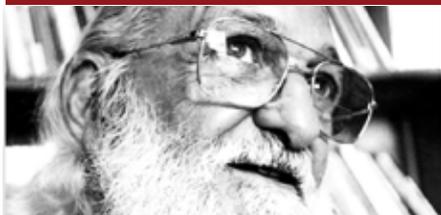
O contexto em que se insere a economia portuguesa contribuiu para reforçar as suas fragilidades estruturais para a correção das quais pouco ou nada tem sido feito num processo de navegação à vista que tem beneficiado de uma conjuntura externa favorável. A elevada dívida pública – terceira maior da UE após a da Grécia e da Itália que, segundo compromissos europeus, deve ser reduzida para mais de metade até 2025, o que pode pôr em causa a sustentabilidade do já extremamente debilitado Estado social português – a que se acrescenta um endividamento privado das empresas e das famílias ainda maior e um setor bancário com fortes problemas de imparidades e crédito malparado, traçam um quadro particularmente grave. Além do mais, um dos sustentáculos da melhoria aparente da economia nacional, os juros relativamente baixos, que, no entanto, também alimentam a especulação imobiliária, em grande parte como consequência da política de ‘*quantitative easing*’, ou seja, da emissão de liquidez do Banco Central Europeu (BCE), está em vias de acabar ou registar restrições significativas. Segundo o suplemento económico ‘*Negocios*’ do jornal madrilenho *El País* de 12.11.2017, o BCE reduzirá a aquisição de títulos de dívida pública para metade a partir de janeiro de 2018 e manterá a política de ‘*quantitative easing*’ de forma mais moderada apenas até setembro do mesmo ano, período após o qual se limitará a reinvestir os títulos que tenham um prazo de vencimento maior. A Reserva Federal norte-americana alinhará, ao que tudo indica, pelo mesmo diapasão. Mario Draghi, atual presidente do BCE e um dos principais responsáveis pela política de injeção de liquidez terminará o seu mandato no terceiro trimestre de 2019. Nada sugere que o seu sucessor manterá a mesma política, tanto mais que esta está a ser progressivamente abandonada. Com toda a probabilidade, é provável um aumento de juros a partir de 2020, já que a política de emissão de liquidez para manter os juros baixos está a atingir os seus limites, tendo em conta os efeitos perversos na alimentação de bolhas imobiliárias, como sucedeu em 2007-2008 nos EUA. Se tal vier a acontecer Portu-

gal será um dos países mais seriamente afetados, em particular o sector imobiliário especulativo, bem como as próprias condições de financiamento da dívida da República.

Perante esta situação, restam, porém, algumas alternativas que devem ser urgentemente preparadas. A primeira é, sem dúvida, uma renegociação da dívida com a redução dos juros e o seu pagamento em prazos mais longos, pois, como disse Murteira Nabo numa entrevista ao jornal *Público* de 20.11.17, “a dívida terá de ser renegociada como aconteceu sempre”. A segunda, associada à renegociação da dívida, terá necessariamente que ser uma rutura profunda com o modelo de economia rentista e parasitária assente no imobiliário e na construção civil, responsável ainda hoje por mais de 50% do investimento em Portugal. Para isso, há que apostar em investimentos criadores de emprego qualificado, intensivos em conhecimento, em indústrias modernas que contribuam para o aumento da composição tecnológica das exportações portuguesas e melhorem o saldo da balança de mercadorias do país quando a procura interna aumenta. Mas tal só terá sentido se o nível salarial aumentar significativamente. Este aumento permitirá também aumentar o financiamento das políticas sociais com vista à redução das desigualdades, já que as contribuições para a Segurança Social também aumentarão em proporção. Se nada disto for feito ou sequer tentado, o futuro da economia portuguesa, incapaz de enfrentar a inversão da conjuntura favorável dos últimos anos, será extremamente sombrio. ■

são precisamente os empregos de baixas qualificações que não têm parado de crescer enquanto o salário por trabalhador cresce muito menos do que produtividade de economia, o que significa que há margem para aumentar o salário mínimo como primeiro passo para reduzir esta diferença inaceitável

Paulo Freire



A educação como prática da liberdade



Foto: Centro de Formação de Escolas António Sérgio

“A educação como prática da liberdade, 50 anos depois”, foi o tema do Congresso Paulo Freire, que decorreu, dias 17 e 18 de novembro, na escola sede do Centro de Formação de Escolas António Sérgio, Secundária D. Dinis. Ideia que viria a ser aprofundada de múltiplas formas ao longo dos dois dias de trabalho. Aqui nos cingimos a refletir um pouco do muito que foi dito, com especial enfoque no que mais diretamente diz respeito à escola e aos professores. Na perspetiva – referida por Joaquim Melro, diretor do Centro de Formação, na sessão de abertura – de que urge “transformar a escola num espaço e tempo de inclusividade, de equidade, de liberdade e democraticidade”. Utopia?

Lúcia Calapez
Jornalista

Os oprimidos de Freire são os descartáveis de hoje

Em 5 de agosto de 1968, em Portalegre, teve início em Portugal uma experiência então inédita. Num país com uma elevadíssima taxa de analfabetismo (em 1970 era de 25,7%), foi lançada uma campanha de alfabetização em que se aplicava o método Paulo Freire. Naturalmente adaptando-o à realidade portuguesa. Uma história muito significativa, contada por quem diretamente a viveu – Lúcia Marques, da Universida-

de Católica e do Graal – e que lembrou o envolvimento de muitos e o trabalho desenvolvido no terreno, no processo de adaptação de palavras-chave.

Foram os primeiros passos da aplicação, no nosso país, de um método que implica “a participação personalizada do aprendente”, assumindo-se assim, para cada um, como uma “conquista”. Que, nas palavras da oradora, “não é um caminho, é uma peregrinação”. E que, por isso mesmo, não se reduz a um método de alfabetização (entendida num sentido estrito). Antes tem a ver com educação, no sentido mais lato. Em causa está uma forma de “educação como libertação” e não para o

conformismo, como sublinhou Alberto Melo, da APCEP, que defendeu uma educação para todos, “em todos os momentos da vida, em todos os espaços da sociedade”.

Um método de educação que – como prática de liberdade - mantém hoje toda a sua pertinência. Até porque, como referiu o representante da embaixada do Brasil, Carlos Kessel, “uma população educada é muito difícil de disciplinar e iludir”.

A responsabilidade das universidades no que respeita ao legado de Paulo Freire, foi particularmente sublinhada por Luísa Leal Faria, da SCUCP (parceira na promoção do Congresso), que,

salientando a atualidade do seu pensamento, considerou que “os oprimidos de Freire são os descartáveis de hoje”.

Se as escolas só reproduzissem desigualdade...

“Se as escolas só reproduzissem desigualdade...”, nada valeria a pena. É ao arrepio desta posição de fatalismo que se desenvolveu a intervenção de Maria de Fátima Chorão, da Universidade de Lisboa. Sublinhando, em particular, a dimensão humanista de Paulo Freire. Humanismo utópico?

“Enquanto presença na história e no mundo, esperançadamente luto pelo sonho, pela utopia, pela esperança (...) E esta não é uma luta vã”, diz Paulo Freire, defendendo um humanismo em que o homem é presença criadora e transformadora no mundo. “Somos seres de transformação (...) Não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo”.

É nesta perspetiva – em que “a esperança é exigência ontológica dos seres humanos” e “a libertação é possibilidade; não sina; nem destino (...) é preciso lutar por ela” – que Maria de Fátima Chorão desenvolveu a parte da sua intervenção direcionada para a escola e o ensino. Começando por uma perspetiva crítica, com uma citação de Freire: “Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de esforço, de recriação e de procura. Exige reinvenção.”

Partindo do princípio de que o educador/professor é “um político e um artista, jamais um técnico”, a oradora salientou algumas mudanças contraditórias que caracterizam a sociedade atual e defendeu a necessidade de uma **construção colegial do saber profissional**. Que envolve diversas componentes, interligadas: abertura à mudança, criticidade dialógica (intercâmbio de conhecimentos), comunidade de

práticas (corpo de saberes partilhados), avaliação (também como espaço de debate democrático), comunidade profissional (culturas de colegialidade), curiosidade epistemológica (aceitação do novo, criatividade).

Defendeu ainda uma **epistemologia da ação assente em reflexividade**. E considerou os imperativos deontológicos, a **ética**, como a “coroa” da profissão.

Por fim, deixou um convite aos professores: “(...) que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem *águias* (...) pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tão pouco, a sociedade muda.”



Em síntese, trata-se, nas palavras de Maria de Fátima Chorão, de “aprender a pensar de forma crítica e dar asas à imaginação”.

Capacitar é promover a liberdade

“Não há pedagogia sem utopia” foi o tema abordado por Manuel José Carmo Ferreira (Universidade de Lisboa e SCUCP). Significativamente a última comunicação no Congresso.

Raiz e Utopia – polos de uma tensão entre as exigências do presente e a construção de um futuro – são as duas metáforas que Carmo Ferreira começou por invocar para caracterizar a pedagogia como “saber refletido do processo educativo em geral”.

A pedagogia é assim, simultaneamente, raiz e utopia, denúncia e anúncio (na terminologia de Paulo Freire), crítica do presente e contraproposta.

A educação, “que está sempre *radicada*

num contexto determinado (cultural, social, económico, científico-tecnológico e num sistema de ensino), resultado de uma história e polarizada por um horizonte de expectativas”, tem de responder às necessidades do presente. Num quadro em que – citando A. Touraine – “a convivência entre iguais e, simultaneamente, diferentes (...) não seja uma *confitualidade mortal*”.

Elencando algumas dimensões críticas da realidade social nos dias de hoje, o orador referiu: tecnologia, mentalidade técnico-científica, mercado, individualismo, conceção atomística e atomizada da realidade. E sublinhou que “a escola deixou de ser um lugar privilegiado de aprendizagem”.

“Memória sedimentada a transmitir”, a pedagogia comporta igualmente um projeto de vida. “Não aprendemos para a escola, mas para a vida”, como disse Séneca. Uma vida tal como se vai construindo. E, nessa perspetiva, cultivar a humanidade assume-se como a própria razão de ser da educação.

Carmo Ferreira desenvolveu a ideia de que

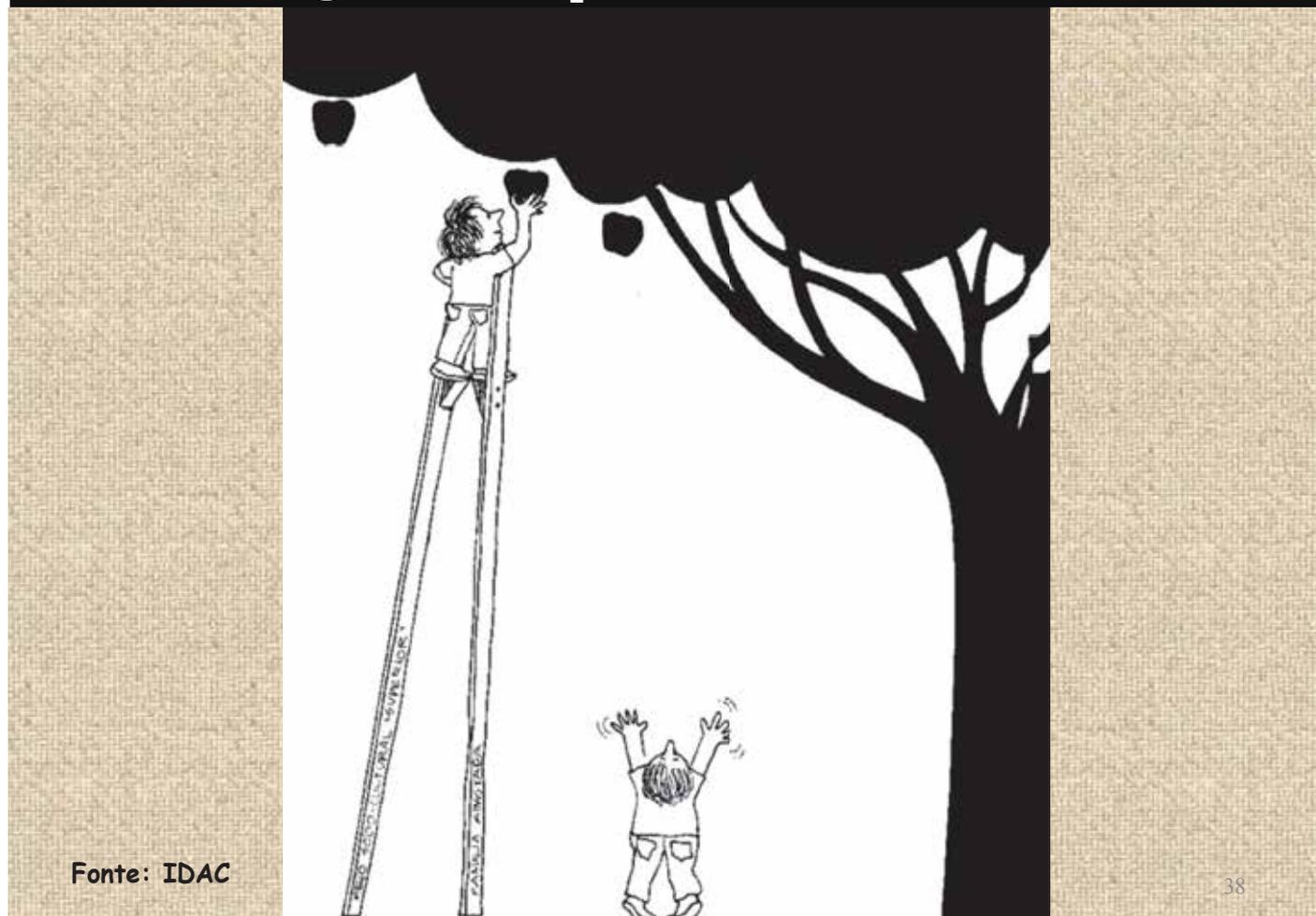
“a educação é intervenção no futuro, construção da identidade pessoal e trabalho de libertação”, salientando que liberdade não tem de ser distância e separação. Capacitar (como é função da escola) é promover a liberdade. Recorrendo, fundamentalmente, à imaginação prospetiva e à racionalidade crítica (entre o desejo e a dúvida).

Utopia como carácter intrínseco da pedagogia significa então: “expectativa atuante do novo ou abertura à criatividade; antecipação de um relacionamento social capaz do reconhecimento e da hospitalidade; e esperança numa humanidade reconciliada consigo mesma e com o seu mundo”.

E *como fazer*, no mundo em que vivemos?

Reportando-se a Heráclito, o orador concluiu: “Quem não espera o inesperado não o encontrará”. ■

Algumas questões desafiantes, algumas possibilidades



Fonte: IDAC

38

“Em que medida Paulo Freire pode estar presente na prática quotidiana de todos nós, na prática educativa? Como é que ele pode atravessar a forma como pegamos na nossa profissão?” Este o ponto de partida da comunicação de Luiza Cortezão, do Instituto Paulo Freire, na Conferência de abertura do Congresso. Uma questão de fundo que viria a ser desenvolvida em duas vertentes fundamentais: a politicidade da educação e o conceito de inédito viável.

Lígia Calapez
Jornalista

Politicidade da educação: uma mão cheia de perguntas

Porque é que tantas crianças não vão regularmente à escola? Porque é que tantas crianças não gostam da escola?

Quem são os alunos que mais reprovam ou desistem e porque é que isto acontece? Algumas das questões incómodas colocadas por Luiza Cortezão. Com a preocupação de ir *para além das fachadas*.

Partindo dos dados estatísticos do *Atlas da Educação 2017*⁽¹⁾, a oradora destacou alguns factos significativos que

aqui sumariamente referimos:

- O sucesso educativo varia muito segundo as regiões do país. “Temos por exemplo em Setúbal 43% de alunos que fazem o percurso escolar sem reprovações. Em Coimbra é 60%. Porquê esta diferença?”

- O sucesso, ou não, nos percursos escolares, varia igualmente consoante o

escalão de apoio ASE, que o mesmo é dizer consoante a situação económica das famílias dos alunos. Assim, “os alunos que não têm apoios, que à partida têm melhores condições económicas, têm 63% de probabilidades de terem um percurso limpinho até ao 2º ciclo. Enquanto que os alunos do escalão A – que são aqueles que têm mais apoio, portanto aqueles que têm mais dificuldades sob o ponto de vista económico – têm 27% (uma situação muito dramática)”.

- A percentagem de alunos com percurso de sucesso no 2º ciclo de acordo com as habilitações literárias da mãe é igualmente muito significativa. “Sem habilitações literárias, a probabilidade é de 8%. Com mestrado e doutoramento ou licenciatura ou bacharelato, mais de 80%. Isto é muito perturbante”. Face a esta situação, que fazer?

Diferentes maneiras de lidar com a diversidade

“As crianças estão organizadas normalmente por turmas. E são tidas como todas idênticas – em saberes, em interesses, em problemas. Sendo idênticas, nós podemos tratar com elas como se fosse uma só”, considerou Luiza Cortesão. “Mas os alunos são diferentes. A diversidade é muito grande. Se nós tratamos todos – que são diferentes – como se fossem iguais – a tradução nos resultados é – diversidade igual a desigualdade”.

No fundamental – sintetizou a oradora - há duas maneiras de lidar com esta diversidade.

Ignorando-a. “Falando a todos como se todos estivessem interessados no tipo de discurso que eu vou ter”; regulamentando estritamente aquilo que se pode ou não fazer; “retirando o elemento diferente do conjunto homogêneo com o qual o professor quer trabalhar”; ou mesmo medicalizando.

Outra opção será gerir a diversidade ou até tirar proveito dela. E aqui se impõe refletir sobre o próprio conceito de **cultura**. Questionando a ideia, frequente, que aponta para “uma hierarquização social, de quem é culto, de quem não é culto”.

Na perspetiva de Freire, entretanto, “cultura é toda a criação humana”. E

deverá ser olhada “como acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. Cultura como resultado do seu trabalho”. Assim, o enfoque vai para “a ideia de que as culturas são diferentes, mas não têm estatutos diferentes”. O que leva a adotar “uma postura de abertura, de escuta; de tentativa de interpretação de outras posturas culturais”.

Para tal, para abordar as diferentes características culturais, a “interpretação do arco-íris”, Luiza Cortesão elencou alguns conceitos fundamentais: o daltonismo cultural (relativo ao facto de se olhar para os alunos como se eles fossem todos iguais); a violência simbólica; saberes escolarmente rentáveis

ca. Tudo o que se faça no sentido de aumentar esta situação, é outra opção política”.

O inédito viável

Inédito viável – aquilo que ainda não é, mas pode ser. Aquilo que, tendo a utopia como horizonte, poderemos conseguir – talvez “meter um pauzinho na engrenagem”.

Para os professores, o que significa esta perspetiva?

“Nós podemos optar por trabalhar com uma pedagogia transmissiva. Isto é, como Paulo Freire dizia, ensino bancário. Podemos trabalhar utilizando um currículo único, que é estabelecido

Práticas Domesticadoras/Práticas Empoderadoras	
Pedagogia Transmissiva	Pedagogia da interação recíproca
Aplicação do currículo único, centralmente estabelecido	Flexibilização do currículo Aprendizagem significativa
Excluída a participação da comunidade	Participação da comunidade
Língua e Cultura excluídas	Língua e Cultura incorporadas
Avaliação orientada para a legitimação do processo	Avaliação orientada para o apoio
Adapt. Sleeter, 1991	

Powerpoint: Luiza Cortesão

(para uns é muito fácil entrar no universo escolar, para outros corresponde a uma corrida de obstáculos); violência de recontextualização; justiça cognitiva (a injustiça social e educativa que decorre de aceitar como válidos determinados tipos de cultura e considerar absolutamente negativos e não aceitáveis outros tipos de cultura).

A concluir, a oradora sublinhou que estão em causa opções que levam a que a sociedade se mantenha estratificada ou até se acentue essa estratificação.

“Isto é uma situação politicamente significativa. Isto é politicidade da educação. Tudo o que se faça no sentido de diminuir isto, é uma opção políti-

centralmente. Podemos trabalhar excluindo a participação da comunidade. Podemos excluir a língua e a cultura”. Ou “podemos utilizar pedagogias de interação recíproca – escutando, conversando, trabalhando em grupo, tendo projetos com os alunos”.

“Às vezes é preciso imaginação. É preciso disposição. É mais difícil. É muito mais fácil entrar na rotina. Mas tem mais compensações”, concluiu Luiza Cortesão. ■

(1) <http://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Atlas-da-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>



Raízes do sindicalismo docente

Maria Manuel Calvet Ricardo esteve desde o início envolvida nos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário. Mais recentemente publicou uma tese sobre estas raízes do sindicalismo docente. À Escola Informação deu a conhecer as estórias desta história.

Sofia Vilarigues
Jornalista

Quando e como surgiram os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário?

Surgiu... na verdade éramos apenas quatro. Era eu, a Elsa Oliveira, a Ana Maria Malheiro do Vale e o Ferreira Alves. Tínhamos feito a greve de 62, apanhámos também a greve de 65 alguns de nós. Juntávamo-nos e conversávamos sobre a nossa situação profissional e não gostávamos nada de estarmos três meses ou quatro sem receber no Verão. Foi esta a primeira questão que levou os Grupos de Estudo a reunirem-se. 69/70, primeiro pe-

ríodo, pensámos os quatro que devíamos fazer qualquer coisa.

Contámos com o apoio do diretor da Escola Francisco de Arruda, o meu pai, Calvet Magalhães, que nos cedeu a escola, nos cedeu o ginásio, nos cedeu os envelopes, nos cedeu o *stencil*, o papel, os selos, os telefones. Claro que telefonávamos do gabinete dele e ele saía para não ouvir a conversa, para não ter de contar que tinha ouvido alguma coisa.

A primeira reunião foi uma reunião em que ninguém sabia quantas pessoas iriam aparecer, se duas ou três ou mil. Eu lembro-me, estava na mesa com a Elsa Oliveira, e as pessoas começavam a chegar, a chegar, a chegar e estavam entre quatrocentas e quinhentas pessoas no ginásio, e eu olhei para ela e

ela olhou para mim e eu disse “Ó Elsa, o que é que a gente faz a isto, nunca dirigimos uma reunião, como é que isto se faz”, ela disse “Eu também não”, “Olha, vamos fazer...”. E fomos fazendo a nossa apresentação, que tínhamos tido a ideia de nos juntarmos para reivindicar o pagamento nas férias, que todos sabíamos que não tínhamos direito de associação. Ficou logo no ar também a segunda reivindicação, que era o direito de associação. As pessoas começaram a movimentar-se, deixaram ficar o nome, os contactos. Propusemos um esboço de organização. Começámos a reunir à noite na Francisco de Arruda. E começou a espalhar-se por todo o lado que havia reuniões na Francisco de Arruda de professores. E estes iam aparecendo.



Como é que estavam organizados os Grupos de Estudo (GE)?

Organizámo-nos primeiro numa espécie de comissão executiva, depois começámos a criar ramificações por regiões, depois escolas, e nas escolas os seus delegados. A partir daí, começámos a construir um organograma. O primeiro organograma foi feito pelo Agostinho Lopes, da escola do Barreiro, que nos trouxe um esboço de como é que nos podíamos organizar.

Onde é que houve GE?

Havia pelo país todo. Os grandes núcleos eram Porto, Coimbra, Lisboa.

Que formas de ação mantiveram os GE?

O abaixo-assinado foi uma das grandes armas que usámos... Até porque o abaixo-assinado era um meio das pessoas saberem quem nós éramos, o que é que se pretendia, e fazer chegar a quem de direito, que era o Ministro da Educação. A partir daí começámos a pedir audiência ao Ministro, ao Veiga Simão, que nos concedeu uma audiência em princípios de 71. Outra arma de usámos foram os jornais diários. Na altura havia jornais diários de esquerda, o Diário de Lisboa e a Capital situavam-se nessa área, e a República, como é evidente. Publicavam regularmente no-

tícias nossas. Depois, além desse tipo de organização, começámos a realizar colóquios pedagógicos. O colóquio acabava e fazia-se uma reunião para-sindical a seguir. Claro que o colóquio era fundamental, dava-nos um enquadramento da situação pedagógica da época, mas não havia colóquio que depois de terminado não virasse reunião de assuntos para-sindicais, porque na altura era tudo para-sindical porque não tínhamos autorização para fazer sequer uma associação. Outro meio que utilizámos foi os Cadernos *O Professor*.

O que eram os Cadernos *O Professor*?

Era uma revista. Saíram três números. Depois, a lei de imprensa, aprovada pelo Governo do Marcelo Caetano, obrigou a que fosse legalizada. A nossa legalização foi muito difícil, fizeram de tudo para o impedir. Levou muito tempo, foi muito demorada. A revista era muito importante. Tínhamos delegações da revista em vários pontos do país, que contribuía com informações, com notícias, com artigos de fundo. Era obviamente feita dentro das oficinas gráficas da Francisco de Arruda.

Como correu a audiência com o Ministro?

O Ministro recebeu-nos, no fundo reconheceu que nós existíamos. Como não havia na altura gravadores, o nosso colega Mário Casais Ribeiro escreveu tudo, não sei como é que ele conseguiu. Houve uma “rasteira” que se pregou ao Ministro, porque o Ministro tinha dito que o documento da proposta de Lei de Bases estava para discussão pública e, no meio da audiência, perguntámos se nós, professores, podíamos também participar na discussão pública da Lei de Bases, e o Ministro respondeu muito claramente, “podem e devem”. Nessa noite ninguém dormiu, seguiu logo um comunicado para todas as escolas, que o Ministro tinha autorizado que nós discutíssemos a Lei de Bases. Claro que o Ministro não gostou muito desta nossa afirmação e, uns dias depois, terá dito que nós não dissemos a verdade. Evidentemente que todos os diretores de escola foram confrontados

com os professores a dizerem “o Ministro autorizou que reuníssemos para discutir a reforma”. Uns diziam, “se o Ministro disse faça-se, reúnam”, outros pensaram que aquilo era estranho e disseram que não. E o facto é que houve reuniões, para discutir a reforma. Discutia-se a reforma e logo a seguir discutiam-se os problemas todos que os professores tinham.

Que dificuldades é que enfrentaram os GE?

A inexistência de fundos era uma dificuldade. Não tínhamos fundos e não fazíamos quotização. Vivíamos do que as escolas nos iam dando, de facilidades que as escolas facultavam. Arranjar locais para reunir, quando o movimento se começou a espalhar pelo país, não era fácil, porque alguns diretores não deixavam reunir na escola. Dificuldades, ainda, quanto ao tempo disponível, porque era difícil conjugar a vida profissional com o trabalho dos Grupos de Estudo.

E depois, claro, a questão mais difícil que nós enfrentámos foi quando o Governo se apercebeu de que éramos algo perigoso. Passámos despercebidos durante dois anos. Em 72 já começaram a aparecer algumas proibições. Não nos deixarem fazer um colóquio na Figueira da Foz, depois quisemos fazer no Porto, também foi proibido, foram presos alguns colegas que estavam a distribuir panfletos. Quando eles se aperceberam realmente de que a nossa estrutura era perigosa para o Governo e que a rede já era muito bem organizada e estava espalhada pelo país todo e que a revista tinha sido legalizada, e que estava tudo muito bem montado, já foi muito perto do 25 de Abril.

É então, em fevereiro de 74, que sai uma circular em que o Governo nos considera como uma associação secreta. Obviamente que, sendo nós uma associação secreta, estávamos ameaçados de prisão. E aí veio do Ministério o despacho e pedido de denúncia, a todos os diretores, de quem pertencia à revista *O Professor* e aos Grupos de Estudo. Claro que houve diretores que terão denunciado, outros não. E assim, muito perto do 25 de Abril, os líderes do movimento estavam à beira de ser presos.

Como o António Teodoro teria sido, se não fosse o 25 de Abril, quatro ou cinco dias depois de eles terem atacado a tipografia do jornal da Amadora, a tipografia que tinha feito o livro do António Teodoro. Foi tudo destruído pela PIDE, queimaram tudo. E soube-se que eles estavam atrás do António. O António na altura estava na Marinha, a fazer serviço militar, estava no Alfeite. Foi o Sousa Santos que foi esperá-lo à estação dos barcos, no Terreiro do Paço, e disse “Cautela, que tu vais dentro”, e ele escondeu-se, esteve escondido uns dias e a seguir foi o 25 de Abril.

O Governo não se apercebeu, na altura, da nossa força. Talvez pela maneira como nós fizemos as coisas. Aparecíamos muito como grupos de estudo, com colóquios, revista, a discussão da reforma. Mas quando eles descobriram que não era só isso, que nós estávamos a querer reivindicar o direito de associação e outras questões mais fundas a nível de direitos profissionais, aí eles começaram a apertar. E nesse sentido obviamente foi um perigo muito grande para nós.

Qual a influência dos GE na organização do sindicalismo docente, logo após a revolução de Abril de 1974?

Foi muito fácil a passagem, porque nos tínhamos tudo preparado. Se repararmos quem são as Comissões Instaladoras Provisórias dos sindicatos após o 25 de Abril, são exatamente as comissões executivas dos Grupos de Estudo, são as mesmas pessoas, um ou outro terá entrado de novo ou sido diferente, mas de resto é a mesma gente. Por isso é que os sindicatos se formaram tão cedo. No Porto foi na noite de 29 para 30 de abril. Coimbra a 30 e nós a 2 de maio, em Lisboa. Toda aquela rede que tínhamos montado, comissão executiva, depois as delegações regionais, os delegados nas escolas, essa rede estava montada e foi transpô-la para os sindicatos.

Os sindicatos de professores nasceram com uma força enorme, poucos sindicatos nasceram tão fortes quanto nós após o 25 de Abril. Os Grupos de Estudo tiveram um papel importantíssimo. A primeira coisa foi logo fazer um co-

municado a saudar os capitães de Abril e o MFA, foi das primeiras coisas que se fez. E depois, a partir daí, foi passar o nome de Grupos de Estudo para sindicato de professores da zona da grande Lisboa, porque era assim que se



chamava na altura. Pessoalmente nunca estive ligada à direção do sindicato, porque preferi ficar no local de trabalho como delegada sindical. Mas a Elsa esteve cá, o António Teodoro, toda a gente veio para o sindicato. Ou outras pessoas vieram, do ensino superior, do ensino primário. O sindicato organizou-se. Claro que quando eu digo que é fácil não estou a dizer que foi fácil fazer um sindicato a partir do 25 de Abril. Porque há todas as dificuldades inerentes à época e as questões de um país que se está a construir. Mas o facto é que, a nível sindical, a força que nós tivemos - e tivemos uma força brutal, ainda hoje temos - perante o público e a própria classe docente... era muito bem aceite porque eram as mesmas pessoas, não era ninguém que os professores desconhecêssem.

Quais as perspetivas para o sindicalismo docente atual?

O sindicalismo está forte, continua bastante atento aos problemas dos professores. Daquilo que eu me tenho apercebido está muito atento. E muito

atento no sentido de atuar e de reivindicar sempre que é preciso reivindicar, resguardando os direitos dos professores. No entanto, o que eu noto – já não estou na escola há muito tempo – é que falta a estrutura sindical na escola. Faz muita falta, neste momento, uma escola de sindicalistas, criar mesmo uma formação sindical. Devia tentar-se novamente atacar as escolas, atacar no sentido positivo, para criar a tal rede no local, que é a ligação dos docentes da escola para cima, para a regional e para o central. E isso foi o que os Grupos de Estudo fizeram.

Quer deixar alguma última ideia?

Uma das questões também relevantes deste meu trabalho tem a ver com o espólio, que foi recolhido durante 15 anos. Todos os conjuntos de documentos foram digitalizados, organizados e entregues ao centro de documentação da FENPROF. Por isso a FENPROF hoje detém um espólio precioso para o estudo do sindicalismo docente, antes do 25 de Abril e após 25 de Abril que, no fundo, é um convite para que novos estudiosos do sindicalismo possam fazer a sua investigação e produzir novos trabalhos. Eu gostaria muito que alguém fizesse esse estudo posterior. Ainda há muito a fazer no que respeita ao estudo do sindicalismo docente, após 25 de Abril. ■

a FENPROF hoje detém um espólio precioso para o estudo do sindicalismo docente, antes do 25 de Abril e após 25 de Abril que, no fundo, é um convite para que novos estudiosos do sindicalismo possam fazer a sua investigação e produzir novos trabalhos



II Seminário Erasmus + Necessidades Educativas Especiais



Maria de Lurdes Martins
Coordenadora do Ensino Especial

O SPGL participou no “II Seminário Erasmus+ e as Necessidades Especiais: Partilha de experiências”, que decorreu no dia 30 de novembro de 2017, no auditório da Escola Secundária Rainha D. Leonor, em Lisboa.

O programa Erasmus é uma iniciativa que pretende fomentar partilhas de experiências, fomentar o conhecimento das diferentes realidades, proporcionar o enriquecimento individual e coletivo e proporcionar a inclusão. É uma iniciativa suportada pelo tratado da União Europeia através do programa 20/20 e pelo tratado de Paris.

Este evento decorreu da participação da Agência Nacional Erasmus nas celebrações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e visou potenciar a participação, no Programa Erasmus+, das instituições/organizações/associações ligadas à educação e que trabalham com este público-alvo. Este programa pode ser consultado no link <https://informatica155.wixsite.com/necessidadesespeciais>.

O Programa Erasmus+ para pessoas com necessidades especiais/portadoras de deficiência foi apresentado como promotor da igualdade e inclusão através da facilitação do acesso a estudantes oriundos de grupos desfavorecidos e com menos oportunidades em comparação com os seus pares. Estes estudantes encontram-se em desvantagem devido a dificuldades pessoais ou a obstáculos que os limitam ou impedem

de participar em projetos transnacionais. O programa foi apresentado como uma oportunidade à participação das pessoas com necessidades especiais, na medida em que prevê mecanismos financeiros complementares de apoio para este tipo de beneficiários.

Ao longo do dia foram partilhadas experiências inclusivas de pessoas com deficiência, divulgadas adaptações ambientais realizadas para permitir o sucesso e a inclusão, experiências de projetos bem-sucedidos em escolas dos diferentes ciclos e universidades. Foram igualmente partilhadas experiências municipais de melhorias de acessibilidades e inclusão profissional e social.

Foram apresentados casos em diferentes áreas académicas nomeadamente no desporto, na medicina, no ensino secundário, nas artes, onde paralelamente se conjugaram perseverança dos alunos, professores, famílias e respostas institucionais ligadas ao ensino público que se materializaram em casos de sucesso e inclusão.

O Dr. José Porfírio, da Universidade Aberta, proporcionou algumas informações sobre o projeto ISOLearn, apoiado no âmbito do programa Erasmus+, que visa estudar as práticas de ensino superior em Portugal, Eslovénia, Itália e Suécia e contribuir para o acesso e melhoria da qualidade do Ensino Superior para pessoas com deficiência visual ou auditiva.

Do estudo realizado foram dados a conhecer alguns dados, salientando-se dificuldades ao nível da falta de dotação orçamental das universidades para a área da inclusão. Não existem

meios para a contratação de Intérpretes de língua gestual, não existe formação específica para professores e funcionários, falta regulamentação para as Necessidades Educativas Especiais no ensino superior, os serviços específicos são raros, faltam suportes específicos para o currículo, faltam *softwares* e *hardwares* específicos, falta adequação das aulas às necessidades dos alunos, faltam materiais de aprendizagem e de avaliação adequados aos alunos a quem se direcionam, faltam professores especializados para apoiar estes alunos, falta abertura à mudança de mentalidades e flexibilidade intelectual para trabalhar com a inclusão por parte de toda a comunidade académica.

O estudo assinala ainda que é importante refletir sobre as formas de melhorar o sistema existente, nomeadamente ao nível da informação, dos recursos afetos às políticas de inclusão e da sensibilização da comunidade académica. De entre as intervenções salientaram-se também momentos artísticos de qualidades apresentados por artistas da Fundação Liga e da CERCI Lisboa.

Este Seminário teve um carácter eminentemente prático dando a conhecer os projetos europeus no âmbito das Necessidades Educativas Especiais, as partilhas de experiências sobre várias abordagens pedagógicas, estimulando desse modo a participação em projetos europeus direcionados para alunos com Necessidades Educativas Especiais.

O Seminário cumpriu o seu objetivo principal: o de dar a conhecer o funcionamento de programa E+ de modo a ajudar os interessados a tomar decisões e indicando-lhes caminhos a seguir. ■



15 de novembro

Um bom dia de luta

Os professores e educadores responderam positivamente à convocatória sindical e encheram o espaço fronteiriço à Assembleia da República, trazendo assim “para a rua” uma greve que fechou muitas escolas e que registou uma boa adesão por parte dos docentes

O dia desta luta foi marcado para coincidir com a presença do ministro da Educação na A.R. para debater com os deputados o orçamento de Estado de 2018 para a Educação (sem incluir o ensino superior). Por razões de saúde, o ministro foi substituído pela secretária de Estado Alexandra Leitão.

A força demonstrada e a firmeza dos professores educadores na defesa da contagem dos 9 anos, 4 meses e dois dias – o tempo de serviço que o governo pretendia não contar para efeito de progressão na carreira – desencadeou inúmeras e

contraditórias reações. Os grupos parlamentares – todos –, uns de forma mais veemente que outros, manifestaram a concordância com a posição dos sindicatos. Na comunicação social, porém, predominaram abusivamente comentadores e jornalistas contra os professores e os seus sindicatos, posições a maior parte das vezes sustentadas em pura ignorância da questão, em dados falsos, ou no extremismo ideológico de ataque aos serviços públicos e seus trabalhadores. O mais importante, porém, foi que a força da classe docente “ajudou” a que o M.E assinasse, uns dias depois, um *compromisso* assumido com os sindicatos: o tempo de serviço em questão será contado, embora de uma forma largamente repartida no tempo. (O texto do *compromisso* pode ser lido na página do SPGL). As negociações para concretizar o compromisso iniciaram-se no dia 15 de dezembro.

Suspensa a greve à componente não letiva de estabelecimento

O texto do *compromisso* inclui ainda “iniciar o processo de discussão relativo aos horários de trabalho dos professores e às questões relacionadas com o desgaste e envelhecimento dos docentes”. Face a esta intenção, a FENPROF suspendeu a greve, iniciada a 6 de novembro, às atividades inseridas na componente não letiva de estabelecimento que envolvessem alunos, prática abusiva com que em muitas escolas se aumenta a carga letiva dos professores.

Apesar do caráter “vago” do texto, a FENPROF não deixará de incluir nas “questões relacionadas com o desgaste e envelhecimento dos docentes” a necessidade de uma aposentação justa para os docentes. ■

Tribuna Pública

Os professores merecem respeito!



Numa tentativa de contraponto à caluniosa campanha contra os professores desencadeada na comunicação social,

a FENPROF organizou no passado dia 7 de dezembro, no Largo Camões, em Lisboa, uma Tribuna Pública, integrada na campanha “Os professores merecem respeito”.

Intervieram os professores universitários José António Gomes, António Teodoro (primeiro secretário geral da FENPROF) e Manuel Carvalho da Silva (ex-secretário-geral da CGTP-IN); os deputados Ana Mesquita (PCP), Joana Mortágua (BE) e Dulce Arrojado (PEV); Arménio Carlos (secretário geral da CGTP-IN), Paulo Sucena (ex-secretário-geral da FENPROF e presidente do Conselho-Geral do SPGL) e João Jaime, diretor da Escola Secundária Camões. Mário Nogueira, atual secretário-geral da FENPROF, encerrou a iniciativa. Foram lidas saudações de António

Borges Coelho (historiador), Almerindo Janela Afonso (Univ. do Minho) David Rodrigues (presidente da Associação Pró-Inclusão), Manuel Carlos Silva (Univ. do Minho), Manuel Loff (Univ. do Porto), Ana Rita Bessa (deputada do CDS-PP), Susana Amador (deputada do PS), Maria do Céu Guerra (atriz), Sérgio Niza (presidente do M.E.M), Licínio Lima (Univ. do Minho), José Soreto Barros (Juiz Conselheiro), Luiz Conceição (Univ. de Lisboa), Nuno Pacheco (sub-diretor do Público) e Fausto Bordalo Dias (cantor.) Excertos das intervenções podem ser vistas no *site* da FENPROF ■



Afirmar Direitos - Valorizar Pensões Dignificar a Aposentação

Anível do SPGL esta Conferência foi preparada com a realização de quatro plenários regionais em Lisboa, Caldas da Rainha, Santarém e Setúbal que tiveram como objetivos a discussão da Resolução/Caderno Reivindicativo e a eleição dos delegados. A presença dos sócios foi diminuta, considerando a importância desta Conferência, à exceção de Lisboa. Contudo a qualidade da participação dos sócios aposentados que estiveram presentes foi muito boa, tendo sido apresentadas e aceites várias propostas de alteração à proposta de Resolução/Caderno Reivindicativo. Nestes plenários foram também eleitos em cada região, por voto secreto, os delegados regionais num total de 53 que, juntamente com os 6 delegados inerentes, representaram o SPGL.

Nesta 2ª Conferência de Professores Aposentados, que se realizou no dia 21 de novembro, no Porto, os mais de duzentos delegados envolveram-se no debate, reflexão e definição de estratégias acerca dos problemas dos aposentados - reformas e pensões, proteção na doença e na dependência, ADSE, envelhecimento ativo, políticas públicas sobre os mais velhos, etc.

A Coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) - Manuela

Mendonça - para além de nos desejar as boas vindas, lembrou "... a importância de uma conferência nacional como um momento importante na vida da FENPROF e dos seus sindicatos pelo que representa de debate interno e com os respetivos sócios e sócias em torno dos problemas que enfrentamos e, sobretudo, das melhores estratégias para os superarmos...". E, como este ano o seu sindicato comemorou 35 anos, fez uma breve alusão ao tipo trabalho e à sua importância no conjunto das lutas desenvolvidas pelos professores sócios dos sindicatos que constituem a FENPROF. Neste âmbito o SPN editou "As mãos e o espírito" de Óscar Lopes, cujo 100º aniversário de nascimento se assinala este ano e que era o sócio número 104 do SPN, brochura que ofereceu aos delegados à 2ª Conferência Nacional. Pela importância que as questões referentes à ADSE têm, hoje em dia, o nosso delegado e representante da FENPROF, no Conselho Geral e de Supervisão da ADSE - António Nabarrete - fez uma intervenção que teve como objetivo dar-nos a conhecer a duvidosa situação em que nos encontramos pela ameaça da sua "mutualização progressiva". Fricou que "...a ADSE não põe em causa o SNS, muito pelo contrário. Os mais de um milhão e duzentos mil beneficiá-

rios da ADSE, que para ele contribuem como quaisquer outros cidadãos, funcionam, isso sim, como uma das mais eficazes válvulas de escape para um SNS com cada vez menos capacidade de resposta adequada à maioria dos portugueses. Em resultado da falta de investimento, principalmente na última década, o SNS já entrega anualmente aos privados mais de 3.900 milhões de euros, uma verba absolutamente astronómica que significa que a sua privatização, que todos temos o dever de impedir, está em marcha acelerada violando grosseiramente a Constituição da República Portuguesa. Já se tornou um (mau) hábito, e não só no seio da comunicação social, usar indistintamente a expressão Serviço Nacional de Saúde ou Sistema Nacional de Saúde (que inclui os privados) seguindo a velha máxima neoliberal de que não interessa quem disponibiliza os serviços desde que eles sejam garantidos...". Daí a necessidade de acompanharmos, com muita atenção, toda esta evolução para intervir caso e quando venha a ser necessário na defesa dos nossos direitos.

Também as questões internacionais tiveram o seu momento com a intervenção de Isabel Lemos, dirigente do SPRC e representante da Inter-Reformados na FERPA. Lembrou que desde que a EU

declarou o ano de 2012 como o ano de envelhecimento ativo muito se tem debatido em torno deste conceito para se concluir sempre o mesmo – para a EU, “envelhecimento ativo” significa, essencialmente trabalhar até mais tarde.

Foi uma boa iniciativa, com o envolvimento de todos, que se traduziu numa realização cuidada e com cumprimento rigoroso do programado. Os trabalhos decorreram bem, com um ambiente muito bom, com serenidade e cumprimento dos horários definidos. Os delegados foram atentos e pontuais com participação empenhada e muito boas intervenções, importantes e variadas, que possibilitaram uma definição clara das reivindicações aprovadas por unanimidade e aclamação, como consequência de todo o trabalho prévio à Conferência, com um forte envolvimento de todos.

A Resolução/Caderno Reivindicativo aprovada será publicada brevemente e entregue ao Presidente da República, ao Senhor Ministro da Educação, ao Primeiro Ministro e aos partidos políticos representados na AR, bem como ao Movimento Sindical Unitário (MSU) com quem trabalhamos, em conjunto, nesta vertente.

Também foi aprovada por maioria, com duas abstenções, a moção “A paz é um direito da humanidade” que considera que os valores da Paz, da não violência e da justiça devem ser elementos orientadores da formação dos nossos jovens ao longo de toda a escolaridade.

A sessão de encerramento foi muito objetiva com um discurso pró-ativo do Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira, que atravessou o Sistema Educativo, o Estatuto da Carreira Docente, as preocupações dos professores no ativo e na aposentação refletidas na Proposta de Resolução/Caderno Reivindicativo.

Terminámos cantando o hino da FENPROF “Dar Rosto ao Futuro”, um bom presságio para que todos os Professores e Educadores no ativo e aposentados, unidos, possam ter melhores condições de trabalho e de vida e contribuir para um sistema educativo e um futuro melhor no nosso país.

Reivindicações imediatas

Reivindicações imediatas aprovadas na 2ª Conferência Nacional de Professores Aposentados pelas quais todos teremos de lutar como sempre o fizemos:

2.1 - Sobre o valor real das pensões

2.1.1 – O aumento do valor de todas as

pensões, sem atualização desde 2009, de modo a ser recuperado o poder de compra (a inflação acumulada de 2009 a 2015 aproximou-se dos 9%).

2.1.2 - A publicação, no mês de janeiro, da portaria anual, que atualiza os coeficientes de revalorização da remuneração de referência para o cálculo das pensões.

2.1.3 - A anulação da lei que aplica o fator de sustentabilidade aos aposentados/reformados por incapacidade quando atingem os 65 anos e correção das pensões que foram alteradas em função desta lei.

2.1.4 – A revogação das normas legais que impõem a dedução, na pensão, dos valores relativos a indemnização por acidente de serviço, ocorrido durante o período em que o docente se encontrava no ativo.

2.1.5 - O aumento do número de escalões do IRS e uma redução das taxas nos escalões mais baixos, garantindo o não agravamento do imposto no escalão imediatamente a seguir ao último que teve essa redução da taxa.

2.1.6 - A reposição do valor das deduções à coleta (atualmente 10%) nomeadamente das despesas de saúde e habitação conforme o existente anteriormente (30%).

2.1.7 - A dedução em sede de IRS das despesas efetuadas com atividades de carácter formativo, informativo e cultural.

2.1.8 - A indexação da dedução específica para o IRS ao salário mínimo nacional, como aliás já se fez até 2012, altura em que o governo PSD/CDS, através da Lei do Orçamento de Estado de 2012, em alteração feita à socapa no OE, passou a indexá-la ao Indexante de Apoios Sociais (IAS).

2.1.9 – A reposição dos descontos para a ADSE apenas sobre 12 meses (significaria uma quebra de receita de cerca de 75 milhões de euros que é um valor muito aproximado ao que a ADSE gasta com os beneficiários cujo baixo rendimento os isenta de quotização e cujo papel social devia ser assumido pelo Estado e não pela própria ADSE) e a redução, faseada, do valor da quotização assente num estudo tecnicamente credível para se avaliar a sua sustentabilidade futura.

2.2 - Sobre os direitos sociais

2.2.1 - A salvaguarda e reforço do SNS com a eliminação das taxas moderadoras e o direito à saúde, nomeadamente com o acesso aos serviços dos médicos e enfermeiros de família.

2.2.2 – A atualização das tabelas de comparticipação da ADSE, nomeada-

mente nos atos médicos de regime livre, nos lares e no apoio domiciliário.

2.2.3 – A criação de serviços de geriatria nos Centros de Saúde e nos Hospitais Centrais e equiparados e a humanização das condições no transporte dos doentes, procurando, contudo, a sua rentabilização.

2.2.4 – O alargamento da lista de doenças raras e crónicas, de vítimas de acidente de trabalho, de doenças profissionais e, entre outros apoios, a gratuitidade dos medicamentos, correspondentes a essas situações.

2.2.5 – O acesso a cuidados continuados e paliativos, públicos, de proximidade e de qualidade, por parte dos cidadãos em dependência, no domicílio ou em instituições.

2.2.6 - O reforço da fiscalização sobre as instituições de apoio a pessoas idosas e dependentes.

2.2.7 – A concessão de descontos de, pelo menos 50%, para idosos em todos os tipos de transportes coletivos, sem limitação de horários, com vista à promoção da mobilidade dos idosos, fator importante de combate ao isolamento.

2.2.8 – O cumprimento da legislação sobre abolição das barreiras arquitetónicas nas vias e acessos a edifícios públicos e privados e melhoria da semaforização nas passadeiras.

2.2.9 - A exigência de que as instituições bancárias cobrem comissões apenas por um “serviço efetivamente prestado”, devendo o Estado definir, sem margem para dúvidas, o que se pode aceitar como esse serviço. (5 milhões de euros é o valor das comissões cobradas, diariamente, no 1º semestre, pelos cinco maiores bancos, onde se inclui a Caixa Geral de Depósitos).

2.3 - Sobre o sistema e condições gerais de aposentação

2.3.1 - O fim do acesso a documentos oficiais, exclusivamente, por via eletrónica disponibilizando outras vias alternativas.

2.3.2 - A revogação do fator de sustentabilidade, cuja aplicação está a conduzir a uma inaceitável e progressiva redução do valor das pensões a atribuir, bem como, da integração da idade no cálculo das pensões e recálculo das pensões que tiveram a aplicação do fator de sustentabilidade.

2.3.3 - O direito de acesso imediato à reforma antecipada voluntária, sem qualquer penalização, para os trabalhadores com 40 ou mais anos de carreira contributiva. ■



Amnistia Internacional Portugal publica manual de combate ao *bullying* e à discriminação nas escolas

Amnistia Internacional Portugal

“*Stop Bullying* - Um Recurso Educativo Baseado nos Direitos Humanos para Combater a Discriminação” foi publicado oficialmente pela Amnistia Internacional Portugal, com o propósito de prestar um contributo para o desenvolvimento de práticas e políticas educativas de redução do fenómeno do *bullying* e da discriminação, sob todas as formas, no enquadramento do ensino formal e não formal em Portugal.

O documento faz uma análise abrangente do fenómeno de *bullying*, propõe medidas preventivas, planos de ação e atividades concretas, baseadas em metodologias participativas de educação para os direitos humanos, que podem ser desenvolvidas em escolas e outros contextos educativos. Visa-se com este manual capacitar e envolver ainda mais profundamente todos os agentes do universo educativo, de forma holística, para tornar cada espaço educativo mais inclusivo e seguro.

Este manual é fruto de um projeto que decorreu durante dois anos – *Stop Bullying!* – que resultou de uma candidatura europeia da organização de direitos humanos ao programa *Daphne III* 2014-2016 da Comissão Europeia, e foi integrado no plano de trabalho da Amnistia Internacional, a par das ativi-

dades que já decorriam no projeto das Escolas Amigas dos Direitos Humanos.

O projeto *Stop Bullying!* foi desenvolvido pela organização de direitos humanos em parceria com quatro países europeus (Portugal, Itália, Irlanda e Polónia), no total de 17 escolas, e, com ele, pretendeu-se alcançar uma redução em 33% nas incidências de *bullying* nos estabelecimentos de ensino participantes.

Em Portugal, o projeto *Stop Bullying!* envolveu cerca de 2 400 alunos, 142 professores e 94 assistentes operacionais, em diversos momentos de capacitação e sensibilização, tanto a nível nacional, como a nível internacional. Os professores, assistentes operacionais e alunos das diferentes escolas participantes estiveram envolvidos em oficinas de formação por grupos focais e posteriormente formaram-se grupos de trabalho, com representantes de cada um destes grupos, que discutiram soluções e definiram planos para combater o *bullying* e a discriminação nas suas escolas, incluindo a alteração de documentos de referência, como regulamentos internos.



Foto: Amnistia Internacional

No final, através das avaliações internas e externas ao projeto *Stop Bullying!* foi possível assinalar uma melhoria bastante considerável na segurança, no ambiente e no conhecimento das comunidades educativas sobre o fenómeno do *bullying* e da discriminação, e assinalou-se uma particular satisfação dos alunos, com papéis de liderança, em fazerem parte de processos de participação e decisão em relação a práticas, procedimentos e atividades escolares.

Para além do manual criado, foi produzido um vídeo com a colaboração do músico Slow J, que está disponível na área de Educação para os Direitos Humanos, no site da Amnistia Internacional Portugal. ■

Conferência Mundial Aberta, contra a Guerra e a Exploração

Entre os dias 8 e 10 de Dezembro, reuniram-se na Argélia 230 militantes ligados a diferentes organizações sindicais, partidos políticos ou associações de trabalhadores, oriundos de 42 países dos continentes asiático, africano, americano e europeu. Tratou-se da realização da 9ª Conferência Mundial Aberta (CMA), contra a Guerra e a Exploração, convocada pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AIT) e pelo Partido dos Trabalhadores da Argélia (PTA), força política que tomou a seu cargo todo o processo de acolhimento dos militantes e organização dos trabalhos da Conferência.

Carmelinda Pereira
Delegada à CMA

A semelhança das anteriores conferências, esta também não pretendeu concorrer com qualquer organização sindical ou força partidária, como o sublinhou Louisa Hanoune, Secretária-geral do PTA, logo na sessão de abertura dos trabalhos.

Esta Conferência constituiu um espaço de partilha de experiências e de pontos de vista entre militantes operários e anti-imperialistas, tendo usado da palavra 90 delegados, movidos pela mesma preocupação: ajudar as classes trabalhadoras e os povos de cada país a ultrapassar os obstáculos colocados nas suas lutas, diárias e concretas, para defender os direitos laborais e sociais, as conquistas da civilização humana e, por vezes, a própria sobrevivência.

A delegação portuguesa foi constituída por cinco militantes, dois dos quais docentes ligados ao SPGL, um deputado do BE, o Coordenador do Sector do Trabalho (também do BE) e uma trabalhadora da Marinha Grande. À semelhança de todas as outras delegações, também a nossa foi inteiramente financiada pelas contribuições de trabalhadores e militantes portugueses.

A Conferência conclui-se com uma Declaração (ver excertos), expressando o conteúdo das diferentes intervenções, começando por assumir a solidariedade total e completa com a luta do povo da Palestina, e o acordo para a realização



Correspondant

de um novo Encontro com representantes das delegações presentes, a fim de decidir sobre eventuais iniciativas de solidariedade e a formação de um Comité de Ligação Internacional.

Declaração da CMA de Argel (excertos)

A situação é marcada pelas maiores perturbações a nível mundial, com uma crise sem precedentes da dominação imperialista a abrir as portas às mais perigosas aventuras para toda a humanidade.

Governos e regimes, embora frágeis e em crise, para manter o sistema capitalista atacam os trabalhadores e os povos oprimidos.

Logo que se reuniu em sessão plenária, a Conferência adoptou – por unanimidade e com sentido de responsabilidade – a seguinte Resolução:

«Nós, 230 delegados reunidos na 9ª

Conferência Mundial Aberta do AIT – que foi apoiada por cerca de 700 responsáveis (políticos e sindicais) e militantes anti-imperialistas de 60 países – condenamos com o maior vigor a provocação de D. Trump relativa à sua anunciada decisão de transferir a Embaixada dos EUA de Telavive para a cidade de El Qods (Jerusalém) ocupada, com o objectivo de fazer dela a capital do Estado hebreu (israelita). Manifestamos o nosso apoio incondicional ao povo palestino, na sua luta pela recuperação dos seus direitos nacionais.»

Ao longo da Conferência, os intervenientes saudaram o combate do povo palestino pelos seus direitos inalienáveis.

Muitos deles sublinharam a responsabilidade esmagadora das instituições internacionais e, para além das lágrimas de crocodilo, também dos regimes e dos governos reaccionários da Região do Médio-Oriente.

Os participantes na Conferência chegaram a uma mesma conclusão. Em toda a parte, os trabalhadores e os povos oprimidos estão confrontados com uma crise terrível resultante da decomposição do sistema capitalista. E eles resistem de forma obstinada.

A pretexto da «luta contra o terrorismo», as guerras imperialistas – desmantelando as nações e semeando o caos – generalizam-se, à conta das grandes multinacionais, que concorrem ferozmente pela pilhagem dos recursos naturais e das matérias-primas.

Estas guerras levam ao êxodo de milhões de trabalhadores e de jovens.

No mesmo momento em que os governos imperialistas atacam os povos oprimidos – e, para o fazer, aumentam os orçamentos militares – procuram, em nome da crise, destruir todas as conquistas dos trabalhadores nos países imperialistas.

Esta ofensiva do imperialismo desmanteladora das nações exprime-se, em particular, na política de «golpe de Estado» no Brasil e nas ameaças em relação à Venezuela.

É indubitável que a opressão colonial e imperialista se perpetua e se agrava, com a cumplicidade dos regimes preocupados em manter os laços com o imperialismo.

Todas as conquistas sociais e democráticas da classe operária são atacadas, reforçando a exploração dos trabalhadores e nomeadamente das mulheres: privatizações, ataque aos Códigos do Trabalho, às convenções colectivas, ao direito à instrução e à protecção social,

bem como do direito à saúde – provocando a resistência dos trabalhadores com as suas organizações.

Os delegados à 9ª CMA saúdam e apoiam o combate pela defesa da Segurança social à escala internacional e em cada país.

O direito à greve é sistematicamente posto em causa, bem como a independência das organizações sindicais.

Por todo o lado os trabalhadores e os povos procuram bloquear esta ofensiva para defender os seus direitos vitais, as suas conquistas sociais, a soberania nacional nos países oprimidos, trazendo novas forças para a resistência à política do imperialismo. Uma política de decomposição que atinge particularmente a juventude, mergulhando-a na precariedade, na guerra e na migração.

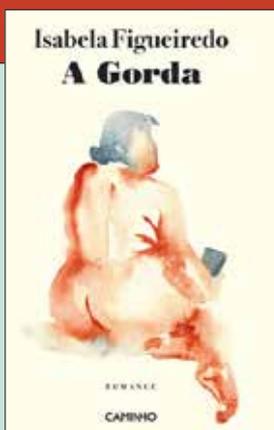
Para além das situações nacionais, esta resistência choca-se com as pressões que se exercem sobre os dirigentes do movimento operário e popular para que eles aceitem, acompanhem e participem mesmo em todos os golpes preparados e desferidos pelos diversos governos ao serviço do capital, apresentando como argumento que «não podemos fazer de outra maneira».

(...) Esta Conferência, a riqueza dos debates e a qualidade dos participantes mostram a necessidade de continuar em contacto, de trocar todas as informações e de prosseguir uma discussão aberta entre todos os participantes. Essa necessidade é confirmada pela unidade dos problemas colocados, a solidariedade internacional e a ajuda ao combate a desenvolver em cada país.

A CMA retomou o Manifesto de fundação do AIT, adoptado em Barcelona em 1991 que afirmava a confiança dos participantes «na capacidade dos trabalhadores do mundo inteiro para se libertar das cadeias da exploração e da opressão, na sua capacidade para edificar um mundo em que a colaboração harmoniosa entre as nações e os trabalhadores se substituirá a este mundo de barbárie que aumenta cada vez mais (...).» E fez suas as conclusões da 8ª CMA de Argel, de Novembro de 2010, reafirmando: «Esta confiança reforçada pelos acontecimentos que se produziram: apesar de todos os sofrimentos e de todas as destruições, a vontade de resistência e de luta dos trabalhadores e dos povos – que não aceitam desaparecer – continua a ser o elemento essencial em que repousa o futuro da humanidade (...).

Nós reafirmamos: a paz e a fraternidade entre os trabalhadores e os povos só podem ser realizadas pelos próprios trabalhadores e povos. Só podem ser realizadas sobre a base da satisfação das suas necessidades fundamentais, que se chocam com as da classe dos exploradores – classe que traz no seu seio a guerra e a bancarrota.»

Por fim, a CMA apoiou a proposta da Coordenação do AIT de ser examinada a possibilidade de, nos próximos meses, representantes de todos os países aqui presentes se possam reunir de novo para se constituírem em Comité Internacional de Ligação da 9ª CMA, para prosseguir o intercâmbio entre nós, organizar as acções comuns e a solidariedade internacional. ■



“A GORDA” - Prémio literário Urbano Tavares Rodrigues

Isabela Figueiredo, professora do ensino secundário, com o romance “A Gorda” – editado em 2016 – foi a vencedora do prémio literário Urbano Tavares Rodrigues 2017. O júri – que decidiu por unanimidade – foi constituído pelos professores Paulo Sucena, José Manuel Mendes e Teresa Martins Marques.

Este prémio, de iniciativa da FENPROF e financiado pela SABSEG Seguros, tem mantido uma regularidade anual, galardoando alternadamente obras em prosa (prémio Urbano Tavares Rodrigues) e obras em poesia (prémio António Gedeão) e destina-se a professores de qualquer grau de ensino, do público ou do privado, com obras editadas no ano anterior. Em 2016 o prémio António Gedeão foi atribuído à obra “Convergência dos Ventos” do poeta Nuno Júdice.

No próximo Escola-Informação (janeiro de 2019) daremos destaque à obra publicada e à sessão de entrega do prémio, particularmente à intervenção do presidente do júri, Paulo Sucena. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9129
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

JORNADAS PEDAGÓGICAS

DIREÇÃO REGIONAL DE LISBOA

2018



AÇÕES DE FORMAÇÃO

Nº	Ação	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local	Nº Part.
1	Programação Neurolinguística: a eficácia e motivação na sala de aula(*)	Paula Cordas	Todos	30 de janeiro e 6 de fevereiro (3ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	25
2	Desporto sem Bulling	FMH Miguel Nery	Todos	1 de fevereiro (5ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	25
3	Cantar Mais: práticas musicais e atividades artísticas I(*) (**)	APEM-Associação Portuguesa de Educação Musical	Profs. Grupos 100, 110, 250, 610, das AEC Música e todos os interessados	20 e 27 de fevereiro (3ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	25
4	O Excel aplicado à prática docente (nível II)(*) (a)	Manuel Vasconcelos	Todos	22 de fevereiro e 1 de março (5ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	10
5	Uso do drama como ferramenta do currículo	Maria João Falcão	Todos	6 de março (3ª feira)	16h00 às 20h00	Sede do SPGL	25
6	O Papel da Escola na Construção da Igualdade entre Mulheres e Homens	Maria José Maurício	Todos	14 de março (4ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	25
7	Criação de uma Apresentação em PowerPoint e demonstração de outros programas de edição de imagem(*) (a)	Manuel Vasconcelos	Todos	10 e 17 de abril (3ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	10
8	Educação intercultural na escola	ACM	Todos	12 de abril (5ª feira)	10h00-13h00 14h30-17h30	Sede do SPGL	25
9	Portugueses ciganos, cidadania e interculturalidade	ACM Jorge Cardoso	Todos	26 de abril (5ª feira)	10h00-13h00 14h30-17h30	Sede do SPGL	25
10	Aprender com as histórias: primeiros passos para a interculturalidade	ACM	Pré-escolar	10 de maio (5ª feira)	16h00 às 20h00	Sede do SPGL	25

(*) Nas ações desdobradas em 2 dias o certificado de participação será entregue no 2º dia.

(**) **Ação certificada:** Esta ação de formação de curta duração está reconhecida pela direção do CFAPEM nos termos da alínea d) do n.º1 do artigo 6º do Decreto-Lei 22/2014, de 11 de fevereiro e do Despacho n.º 5741/2015 de 29 de maio. **Nota:** Os participantes deverão trazer computador portátil (ou tablet/smartphone) e uns auscultadores para a escuta individualizada.

(a) Para um melhor desenvolvimento da formação aconselha-se os formandos a utilizarem, sempre que possível, os seus computadores portáteis.

VISITAS

Nº	Visita	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local de encontro	Nº Part.
11	Arte, Cultura e História na Amadora: um itinerário(1)	José Mourão e Gisela Encarnação	Todos	3 de fevereiro (sábado)	14h00	Estação de Metro da Falagueira/Amadora	25
12	Palácio das Necessidades	Embaixador Manuel Côrte-Real	Todos	24 de fevereiro (sábado)	11h00 às 13h00	Palácio das Necessidades (entrada ao lado da Capela)	25
13	Passadiços do Tejo(2)	José Rodrigues	Todos	17 de março (sábado)	09h30 às 13h30	Parque Linear Ribeirinha da Póvoa Sta Iria (estação de comboios da Póvoa a 300m)	30
14	Visita à Falcoaria Real em Salvaterra de Magos e Companhia das Lezírias(3)	Guias locais	Todos	14 de abril (sábado)	08h30 às 19h00	Entrada principal do ZOO	40
15	Por Fortes das Linhas de Torres no Concelho de Maфра(4)	Zé Veloso e Marta Miranda	Todos	21 de abril (sábado)	09h30 às 19h00	Entrada principal do ZOO	40
16	Lisboa Vista do Tejo e exposição do ceramista Vasconcelos Lapa(5)	Inez Marques	Todos	5 de maio (sábado)	10h30 às 17h30	Terminal Fluvial do Cais do Sodré – Transtejo	44
17	Mérida e Lugares de Fronteira(6)	Inez Marques	Todos	26 e 27 de maio (sábado e domingo)	sábado 07h00 domingo 21h00	Entrada principal do ZOO	50

(1) Ao preço da inscrição **acresce 15,00€** (jantar). Deslocação em autocarro da Junta de Freguesia da Falagueira – Venda Nova.

(2) Ao preço da inscrição **acresce 2,50€** (visita). **Nota:** Deve levar roupa e calçado apropriado para caminhada, um pequeno lanche e água - Grau de dificuldade – fácil.

(3) Ao preço da inscrição **acresce 36,50€** (transporte, visitas, prova de vinhos gourmet e almoço buffet)

(4) Ao preço da inscrição **acresce 20,00€** (transporte, almoço e guias). **Nota:** Deve levar roupa e calçado apropriado para caminhada - Grau de dificuldade – fácil.

(5) Ao preço da inscrição **acresce 15,00€**. (viagem de barco com guia). **Almoço facultativo 15,00€ a pagar no dia, inscrição até ao dia 26 de abril** para 213819177 ou drisboa@spgl.pt. **Nota:** Esta visita só se realiza com um número mínimo de 35 pessoas. Tarde 15h30, no Jardim Botânico da Ajuda.

(6) Ao preço da inscrição **acresce:** Preço por pessoa em quarto duplo: **150,00€**; Suplemento em quarto individual: 28,00€ (28,00€+150,00€) = **178,00€**. O pagamento da ação pode ser feita por 3 tranches e **impreterivelmente até ao dia 5 de maio**. Nesta ação os **acompanhantes são automaticamente aceites**. O preço por pessoa inclui: transporte em autocarro de turismo; 3 refeições com bebidas incluídas; alojamento hotel de 4* em quarto duplo; seguro de viagem, entradas/visitas e guia.

Regulamento

Jornadas Pedagógicas 2018

1. As Jornadas destinam-se a:

1º - Sócios do SPGL e de outros Sindicatos membros da FENPROF e professores/educadores que, entretanto, procedam à sua sindicalização.

2º - Professores/Educadores não sócios.

2. Cada participante paga de inscrição, por Jornada, a seguinte quantia:

- 3,50€ sócios e os professores/educadores que, entretanto, procedam à sua sindicalização.

- 26,00€ não sócios.

3. O pagamento da inscrição destina-se a custear parte das despesas de organização.

4. No caso de não ter vaga em alguma das Jornadas pretendidas, o professor/educador será informado por escrito e ser-lhe-á devolvida a importância paga no ato da inscrição.

5. Não haverá lugar à devolução do pa-

gamento da inscrição por motivo de desistência.

6. Custos adicionais (transporte, refeições, estadia, materiais, etc.) serão acrescidos ao custo da inscrição na Jornada.

7. No que se refere às Jornadas que impliquem custos acrescidos, estes serão devolvidos desde que o sócio comunique a sua desistência, sempre devidamente justificada, com pelo menos 15 dias de antecedência e haja outro sócio em lista de espera que o possa substituir.

8. O SPGL não se responsabiliza por qualquer acidente que possa ocorrer.

9. Em todas as Jornadas, serão entregues aos participantes uma ficha de presença, um certificado de frequência/participação e um inquérito de avaliação que deverá ser devolvido no final de cada Jornada.

10. Poderão ainda participar, nas visitas, familiares ou outros acompanhantes dos

sócios, nas mesmas condições destes. Estas inscrições ficam condicionadas à existência de vagas.

11. Os interessados devem inscrever-se na Sede do Sindicato ou preencher uma ficha de inscrição e enviá-la, junto com o respetivo pagamento, até 15 dias antes da Jornada, para:

Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

Rua Fialho de Almeida, N° 3 - 1070-128 Lisboa

- E-mail: drlisboa@spgl.pt

- Fax: 213819197

Podem ser obtidas informações pelo telefone: 213819177 ou utilizando para esse efeito o e-mail: drlisboa@spgl.pt

Nota: informações mais detalhadas em [http://www.spgl.pt/Jornadas Pedagógicas](http://www.spgl.pt/JornadasPedagógicas)
facebook: SPGL - Jornadas Pedagógicas da DR de Lisboa

Ficha de Inscrição Jornadas Pedagógicas 2018

Nº de entrada _____ Sindicato _____ Sócio nº _____ Não sócio

Familiar/acompanhante de (nome do sócio(a)) _____

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ CP _____ - _____

Tel: _____ Tm: _____ E-mail _____

Escola _____

Situação Profissional: Quadro/efetivo Contratado Aposentado Grau de ensino: _____ Particular Público

Ações/Visitas em que pretende participar (assinalar o nº da ação/visita):

nº nº nº nº nº nº nº

Ação nº 17 Mérida e Lugares de Fronteira **Quarto: individual** **duplo** com _____

PAGAMENTO:

Transf Bancária [IBAN: PT50 0036 0103 99100005430 42 (Montepio Geral) - enviar comprovativo transf. bancária juntamente com ficha de inscrição]

Cheque Cheque nº _____ Banco _____

Numerário **Vale Postal**

Valor _____ € [por extenso] (_____)

NOTA: Indicar o seu IBAN para eventual devolução, caso a(s) inscrição(ões) não seja(m) aceite(s).

IBAN:

Enviar, juntamente com o comprovativo de pagamento, para:

. Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa; . E-mail: drlisboa@spgl.pt; . Fax: 213819197

Notas: Inscrição por cada Jornada: Sócios do SPGL ou de outros Sindicatos da FENPROF - 3,50€; Não Sócios - 26€

Na ação 17 o pagamento da ação pode ser feita por 3 tranches e **impreterivelmente até ao dia 5 de maio**. Nesta ação os **acompanhantes** são **automaticamente aceites**. Os acompanhantes têm que preencher uma ficha de inscrição e assinalar com uma cruz em Familiar/acompanhante , escrevendo o nome do sócio(a). Se escolherem quarto duplo basta a sócia(o) colocar a cruz no duplo. Se optarem por quarto individual cada um coloca uma cruz no individual.

ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS DO SPGL NO 1º PERÍODO DE 2017-18

14-09	Participação na exposição “O Professor Artista”
15-09	Participação no encontro da lista G sobre a ADSE – Montepio Geral
04-10	Dia Mundial do Professor: Espetáculo no Teatro da Trindade + jantar Associação 25 Abril + PLENÁRIO NACIONAL
12-10	“O Rei Lear” no Teatro D. Maria II
23 e 25 -10	Workshop informática
26-10	“O MEU LIVRO QUER OUTRO LIVRO “: <i>Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974 - Raízes do sindicalismo docente</i> ” de Maria Manuel Calvet
02-11	Visita guiada: “As Turbulências do Mundo” em exposição na Cordoaria Nacional.
07-11	DR Lisboa – Plenário Sindical - Eleição dos delegados do SPGL à 2ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF
08-11	DR Oeste – Plenário Sindical - Eleição dos delegados do SPGL à 2ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF
09-11	DR Santarém – Plenário Sindical - Eleição dos delegados do SPGL à 2ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF
10-11	DR Setúbal – Plenário Sindical - Eleição dos delegados do SPGL à 2ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF
14-11	“O MEU LIVRO QUER OUTRO LIVRO “: Republicanos Anarquistas e Comunistas (1927-1936)” de Cristina Clímaco. Apresentação de Fernando Rosas. Museu do Aljube.
18-11	Participação na Manifestação Nacional da CGTP
21-11	2ª Conferência Nacional de Professores Aposentados da FENPROF
07-12	“O MEU LIVRO QUER OUTRO LIVRO “: “Adelaide”, livro infantil apresentado pela escritora Ágata Pereira e pela Ilustradora Irene Sá + jantar de Natal +Concerto musical pelo Grupo Coral da Portela

Poderão acompanhar toda a atividade do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL em:

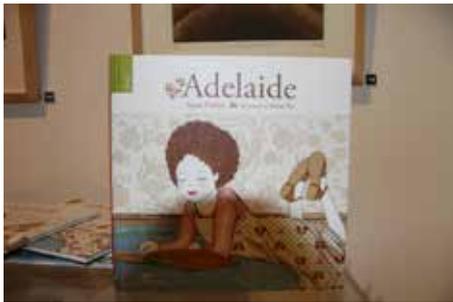
www.spgl.pt/dep-aposentados

<https://www.facebook.com/search/top/?q=departamento%20de%20professores%20e%20educadores%20aposentados%20do%20spgl>

O meu livro quer outro livro

“Adelaide”, um livro fruto de trabalho conjunto

Fotos: Fomecidas pelo departamento de Professores Aposentados



Em 7 de Dezembro, decorreu mais uma sessão de “O meu livro quer outro livro”, na sala ABC, na Sede do SPGL. Esta sessão foi organizada dentro da programação do Departamento dos Professores e Educadores Aposentados. “Adelaide” foi o tema desta sessão. Ágata Pereira, sócia do SPGL e autora desta obra, fez-se acompanhar por Irene Sá, a ilustradora.

A autora falou do trabalho conjunto com Irene Sá para a elaboração deste livro, que percorreu um caminho longo, trabalhado e pensado.

Revelando capacidades características de uma professora, fez uma leitura graciosa e expressiva do texto, com uma bela dicção que encantou os presentes.

Irene Sá, a ilustradora, falou da forma como nascem as suas ilustrações e da preparação das mesmas, que se inicia, de acordo com a sua expressão, com “gatafunhos”.

Referiu o cuidado que dedicou às personagens e as várias técnicas utilizadas, desde as colagens, às aguarelas e aos lápis de cor em papel de arquiteto.

Para explicar esta técnica fez circular pelos presentes os esboços que tinha

utilizado. Foi um momento motivador para este público sensível a experiências como esta, que fez reviver momentos pedagógicos tão ricos no passado profissional destes docentes.

Ágata Pereira falou, então, da “viagem” que o livro tem percorrido em horas de conto, oficinas de teatro ou bibliotecas escolares, sempre com a presença das autoras e solicitada pelas escolas.

Terminada a intervenção das autoras, alguns presentes manifestaram-se sensibilizados pelas qualidades pedagógicas do conto. Maria da Cruz Pintão e Maria José Raposo falaram das potencialidades da obra e das suas autoras, não só na interdisciplinaridade utilizada na apresentação, como nos recursos estilísticos do texto, tais como a repetição ou a rima. É uma obra que prende as crianças e os adultos, porque, relativamente a estes, fez reviver experiências pessoais, vividas e guardadas no imaginário pedagógico dos colegas presentes.

Irene Sá referiu ainda que, sendo um livro contemporâneo (onde encontramos uma princesa de caracóis castanhos, o que não é muito comum...) recorre a elementos da literatura tradicional, que encantam sempre as crianças.

As autoras confidenciaram que há mais histórias na forja. Vamos estar atentos.

Foi um momento de encantamento que nos fez acreditar que ser professor é mesmo querer “dar rosto ao futuro”. Tratando-se de uma professora atual, mergulhada em papéis burocráticos, muito apreciados por alguns nos nossos dias, revela-se uma artista motivada pelo que quer criar para as crianças, que valoriza uma princesa que conhece o mundo através da leitura, ao mesmo tempo que se deixa conquistar por alguém que lhe propõe um caminho de partilha escolhido em comum.

Leonoreta Leitão, que tanto tem contribuído para enriquecer estas sessões, falou sobre uma experiência vivida em 1972, com uma peça de teatro, preparada, por professoras, na escola Francisco Arruda. “As bruxas da Arruda”. O texto era uma crítica ao estágio pedagógico de então. Elucidando como os tempos eram diferentes, contou que o Diretor Geral do Ensino Básico de então censurou o texto e proibiu a sua apresentação. Este texto será publicado no seu 2º volume de Memórias. ■

Legislação

I Série

• **Portaria n.º 350-A/2017 - Diário da República n.º 219/2017, 1.º Suplemento, Série I de 2017-11-14114203983**

Educação
Estabelece as medidas de apoio educativo a prestar a crianças e jovens com doença oncológica

• **Resolução da Assembleia da República n.º 260/2017 - Diário da República n.º 231/2017, Série I de 2017-11-30114290173**

Assembleia da República
Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida família

II Série

• **Despacho n.º 9827/2017 - Diário da República n.º 218/2017, Série II de 2017-11-13 114177815**

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação
Subdelega na Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, mestre Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arraios Faria, os poderes para a prática de todos os atos a realizar no âmbito dos contratos-programa do ensino profissional para o ciclo de formação 2017/2020

• **Regulamento n.º 607-A/2017 - Diário da República n.º 225/2017, 1.º Suplemento, Série II de 2017-11-22 114236468**

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Regulamento do Emprego Científico que vem estabelecer as condições de acesso e as regras do apoio à contratação de doutorados com vista à sua inserção no sistema científico e tecnológico nacional

• **Despacho n.º 10196/2017 - Diário da República n.º 226/2017, Série II de 2017-11-23 114236962**

Educação - Gabinete do Ministro
Apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2017/2018

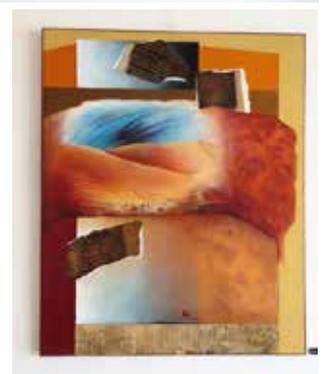
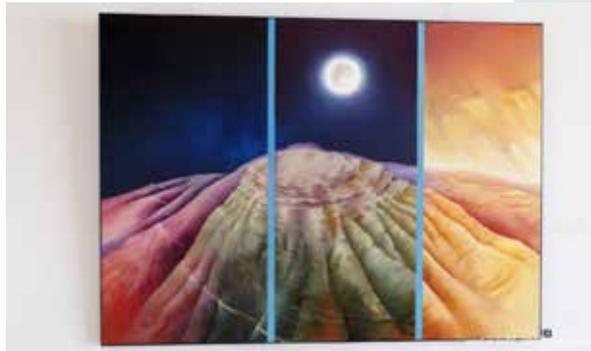
• **Despacho n.º 10682/2017 - Diário da República n.º 235/2017, Série II de 2017-12-07 114311763**

Educação - Direção-Geral da Educação
Lista de entidades acreditadas como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares

ESPAÇO ANTÓNIO BORGES COELHO (ABC)



Fotos: Manuel Vasconcelos



Fernanda Pissarro

Figura cimeira da arte da gravura em Portugal, Fernanda Pissarro expõe algumas das suas obras, incluindo pinturas e obras de técnica mista, no Espaço ABC da sede do SPGL.

A exposição está patente até 4 de janeiro de 2019.

António Cardoso

Professor na Escola 2,3 Eugénio dos Santos, António Cardoso inaugurará uma exposição das suas obras (pintura) no próximo dia 18 de janeiro, pelas 18,30h, no Espaço ABC.



Componente letiva e não letiva do pessoal docente

A escolha do tema a tratar na presente rubrica decorre do facto de a mesma constituir atualmente uma das que mais contestação tem merecido por parte do pessoal docente. Isto deve-se essencialmente ao facto de o quadro legal em vigor inserir na componente não letiva dos professores atividades que, por se desenvolverem diretamente com alunos, deviam estar integradas na respetiva componente letiva.

Na verdade, o Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD) determina no seu artigo 76º que o horário semanal dos docentes é de 35 horas semanais e integra duas componentes (a letiva e a não letiva) sendo que esta última abrange a realização de trabalho individual e a prestação de trabalho a nível do estabelecimento escolar.

Parece não oferecer dúvidas que a principal das referidas componentes é a letiva já que é a que integra e define a função primordial da docência que é a de ensinar. Por sua vez, a componente não letiva, não sendo de somenos importância, não deixa de ser uma extensão da primeira e de alguma forma estar a esta subordinada. Ora, de acordo com o artigo 82º do ECD, na redação que lhe foi dada pelo DL nº 15/2007, de 19 de janeiro, esta componente não letiva abrange, como foi referido, não só o trabalho a nível individual (que pode compreender a preparação de aulas, a avaliação do processo ensino-aprendizagem e investigação de natureza pedagógica) mas também o trabalho a nível do estabelecimento de ensino.

O que sucede é que, no elenco legal das atividades que integram esta última vertente da componente não letiva, existem algumas cuja inclusão nesta é inaceitável por subverter por completo a organização do horário dos docentes. São elas as constantes, respetivamente, nas seguintes alíneas da norma em questão:

“a) A colaboração em atividades de componente curricular que visem promover o enriquecimento cultural e a inserção dos educandos na comunidade;
b) A informação e orientação educacional dos alunos em colaboração com as famílias e com as estruturas escolares locais e regionais;
(...)
e) A substituição de outros docentes do mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada na situa-

ção da ausência de curta duração (...);
(...)

j) O acompanhamento e a supervisão das atividades de enriquecimento e complemento curricular;
(...)

l) A orientação e o acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços escolares;

m) O apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem”.

Na verdade, as atividades incluídas nas alíneas a), b), e l), na parte em que têm que ser asseguradas por docentes, devem no melhor entendimento, ser incluídas na componente letiva por se enquadrarem na “área curricular não disciplinar” a que se reporta a parte final do nº 2 do artigo 78º do ECD, a propósito da organização da componente letiva. Por sua vez, a substituição de outros docentes para desempenhar funções letivas também constitui, sem margem para dúvidas, uma atividade a incluir na componente letiva do substituto já que, como é óbvio, tal substituição tem apenas em vista assegurar a carga letiva que o outro docente não pode cumprir. Finalmente, as atividades inscritas nas alíneas j) e m) supra transcritas também são claramente enquadráveis no conceito da componente letiva, de acordo com o citado artigo 78º, nº 2 do ECD, já que as mesmas se reportam expressa e respetivamente, à “área curricular não disciplinar” e ao período de lecionação das disciplinas para alunos com dificuldades de aprendizagem. Há pois que concluir que é apenas na componente letiva dos docentes que devem ser enquadradas as atividades desenvolvidas diretamente com os alunos na sua componente curricular ou que dela decorrem ou a visem reforçar (mesmo que realizadas fora da sala de aula). Assim e sem prejuízo de se continuar a insistir numa alteração legislativa que corresponda à correta definição do conteúdo do horário dos docentes e da respetiva organização, sempre poderão os mesmos reagir requerendo que o trabalho de cariz claramente letivo mas legalmente qualificado como não letivo seja pago como extraordinário, como aliás já foi entendimento de alguma Jurisprudência Administrativa.

Para o efeito, poderão os docentes, nestas circunstâncias, recorrer ao Serviço de Apoio a Sócios do SPGL com vista à marcação de uma consulta jurídica para avaliação e acompanhamento do seu caso concreto. ■

BOAS FESTAS

Que 2018 signifique:

- menos desigualdade social •
- menos precariedade laboral •
- mais justiça nas relações de trabalho •
- mais respeito pelo trabalho dos professores, educadores e investigadores científicos •



SPGL

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

